

Revista da  
Reitoria  
da Universidade  
de Coimbra

Número 22  
Trimestral  
Outubro  
2008

[www.uc.pt/rualarga](http://www.uc.pt/rualarga)  
[rualarga@ci.uc.pt](mailto:rualarga@ci.uc.pt)



# RUA LARGA



PROPRIEDADE Universidade de Coimbra  
DIRECTOR Fernando Seabra Santos  
DIRECTOR-ADJUNTO José António Bandeirinha  
EDITOR João Mesquita  
DESIGN E EDIÇÃO DE IMAGEM António Barros  
FOTOGRAFIA João Armando Ribeiro  
INFOGRAFIA Maria João Freitas e Sérgio Brito  
[ GCI - Gabinete de Comunicação e Identidade ]  
PRODUÇÃO Isabel Terra, Lígia Ferreira e Luísa Lopes  
COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA Ilídio Barbosa Pereira  
EDIÇÃO GCI - Gabinete de Comunicação e Identidade  
Colégio S. Jerónimo, 2.º Piso, Apartado 3020 • 3001-401 Coimbra  
IMPRESSÃO Litografia Coimbra, S.A.  
TIRAGEM 3.500 ex.  
ISSN 1645-765x • Anotado no ICS  
CAPA Ciclotrão [Unidade de Produção de radiofármacos — ICNAS]  
[www.uc.pt/rua1arga](http://www.uc.pt/rua1arga)  
Tel. 239 859 823  
PONTOS DE VENDA  
Quarteto, XM, Livraria/Loja UC e Artefólio/ Livraria de Bolso • TAGV

Editorial • *A internacionalização: da euforia à sabedoria* • Fernando Seabra Santos

## REITORIA EM MOVIMENTO

*Espaço do invisível* • Cristina Robalo Cordeiro

## OFICINA DOS SABERES

### ACTUAL

*UC já tem novos estatutos* • João Mesquita  
*Pelo seu bem-estar* • Amândio Cupido dos Santos

### IMPRESSÕES

*Resistência às invasões francesas* • João Gouveia Monteiro  
*Urge um novo fôlego humanista* • Alexandre Dias Pereira  
*Projecto Delfos* • E. Marques de Sá e outros  
*Teatro Universitário* • TEUC  
*Alunos da UC participam no sonho açoriano de Roosevelt* • Martha Mendes

### BREVES

*Descoberta da FCTUC*  
*Maria Irene Ramalho – Prémio*

### RIBALTA

*TVaac*

### CIÊNCIA REFLECTIDA

*Timor-Leste, Um breve olhar de geólogo* • Pedro Dinis

## AO LARGO

### ENTREVISTA

*Manuel Carvalho da Silva* • João Mesquita

### RETRATO DE CORPO INTEIRO

*Eduardo Sá, à procura da Terra do Nunca* • Cláudia Gameiro

### CRÓNICA

*... Para entender os movimentos estudantis* • Elísio Estanque e Rui Bebianco

### CRIAÇÃO LITERÁRIA

*Humberto Delgado no Porto e em Coimbra* • José Correia Tavares/Alexandre Babo

### LUGAR DOS LIVROS

## ESPAÇO DAS ESCOLAS

*A Biblioteca palimpsesto* • Madalena Cunha Matos

## TEMAS

*Instituto de Ciências Nucleares Aplicadas à Saúde* • João Pedroso Lima

# A internacionalização: da euforia à sabedoria

Fernando Seabra Santos \*

A internacionalização das universidades não data de ontem. É na Idade Média que encontramos a origem desta circulação dos indivíduos, das ideias e dos livros entre os grandes pólos da vida intelectual europeia. Mas as palavras podem enganar quando designam realidades humanas, isto é, essencialmente históricas e mutáveis. É com certeza tranquilizador mas não menos abusivo falar de “globalização” para descrever fenómenos anteriores à era da informática, à era da transmissão instantânea da informação. Acontece que, com as novas tecnologias da comunicação, a vida internacional já não é o que era na idade do barco a vapor ou da mala-posta. A palavra “internacional” era ainda um neologismo no século XIX e já não significa hoje para nós o que significava ainda há quarenta anos, antes do fax e do e-mail: internacional sugeria para os nossos pais uma noção de distância e de afastamento, favorável a uma certa temporização. Hoje, “internacional” tem carácter de imediato, implica velocidade e urgência, em suma qualquer coisa ao mesmo tempo de eufórico e de perturbador. Assim, a internacionalização da Universidade de Coimbra, sendo uma condição da sua modernização, pode tornar-se também, se mal dirigida, um factor de desestabilização. Importa por isso ser prudente.

Uma universidade como a nossa, rica de uma herança e de um nome prestigiado, tem o privilégio de atrair propostas de parcerias vindas do mundo inteiro. Não passa uma semana sem recebermos um pedido de casamento! Estas solicitações, por mais lisonjeiras que sejam, não nos devem inebriar. Sem descurarmos os meios de que dispomos para fazer face à aceleração e à expansão dos nossos intercâmbios, temos também que ter consciência do perigo de endividamento que a multiplicação dos acordos e dos programas comporta: chegará sempre o momento em que é preciso honrar os seus compromissos. Uma universidade é uma “pessoa moral” que deve ser capaz de cumprir as suas promessas.

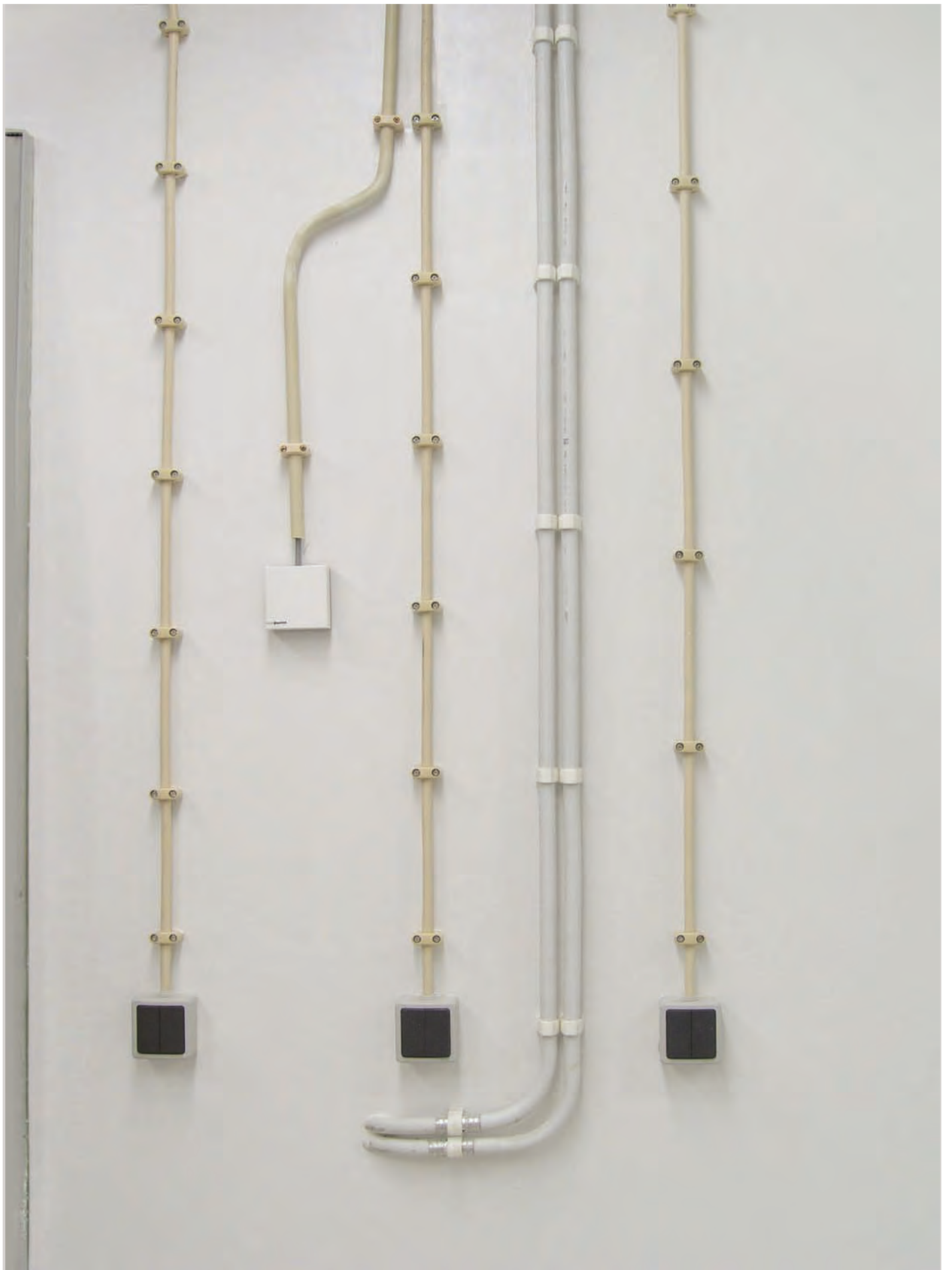
É por isso que cada vez mais tendemos a escolher a via da internacionalização selectiva, favorecendo os convénios de qualidade com parceiros que gozam de crédito idêntico ao nosso ou que se mostram dispostos a fazer o esforço necessário. E esta prudência política obteve já a sua recompensa. O sucesso da nossa candidatura ao programa ERASMUS MUNDUS External Cooperation Window teria merecido, por parte da comunicação

social, aplausos bem mais prolongados. De entre dezenas de sérios concorrentes, Coimbra, em virtude das suas experiência e competência, foi escolhida por Bruxelas para dirigir, mediante uma importante ajuda financeira da Comissão, um consórcio de (dez) universidades europeias e (dez) brasileiras de excelência visando desenvolver a cooperação e a mobilidade nos domínios da Educação, das Ciências Sociais e das Tecnologias. A Criação do Grupo de Coimbra das (melhores) universidades brasileiras é outro projecto longamente amadurecido que vem, por assim dizer, formalizar uma união de facto cuja fecundidade não carece de demonstração. Igualmente promissor, o protocolo (que acaba de ser assinado) entre a Universidade de El Jadida e a nossa representa um outro exemplo de discernimento diplomático: a partir do estudo metódico do património luso-marroquino, é uma nova forma de colaboração com o ensino superior marroquino que se desenha.

Em matéria de internacionalização, podemos afirmar que as “boas práticas” estão do lado dos investimentos judiciosos e das despesas controladas. No actual contexto de recessão mundial, toda uma sabedoria paradoxal, feita de exigência e de moderação deverá doravante inspirar as decisões. Mas esta sabedoria foi sempre da Universidade de Coimbra!

*\* Reitor da Universidade de Coimbra*





# Espaço do invisível

Cristina Robalo Cordeiro

A Universidade não é um claustro, um lugar de recolhimento estudioso e de vida contemplativa a despeito da sua longa filiação religiosa. Mas também não é uma fábrica ou um centro comercial apesar de todos os laços vitais que a prendem à sociedade e ao mundo empresarial. É na determinação e definição de um espaço próprio que se situa a questão cada vez mais urgente da sua identidade e da sua legitimação.

Os grandes escritores existem para, entre outras coisas importantes, nos trazerem a nós mesmos, à nossa vocação humana essencial. Estou grata a Virgílio Ferreira por me sugerir para estas linhas um título como *Espaço do Invisível* que, em si mesmo, é já um bem para o espírito, um convite à pausa reflexiva numa fase singularmente frenética da história da universidade.

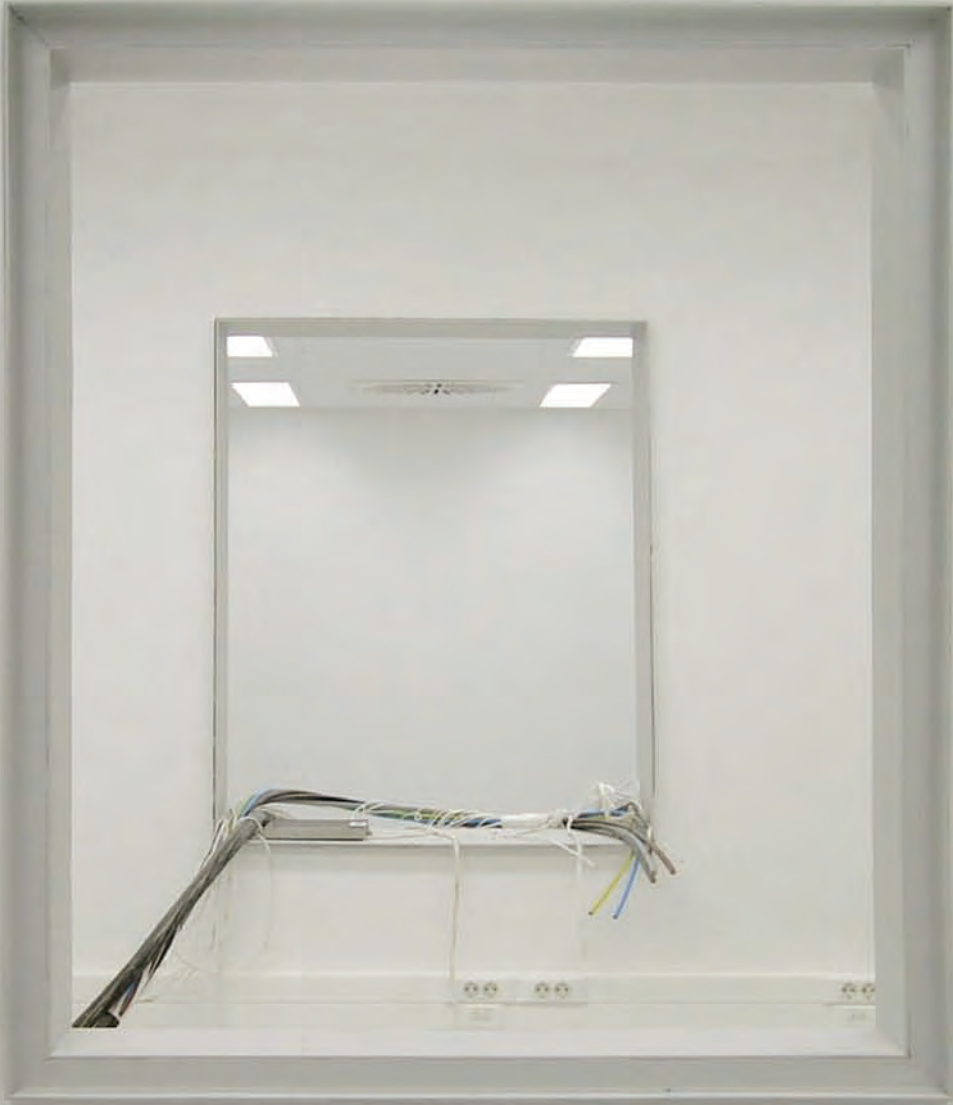
O ano lectivo que acaba foi tão movimentado, tão precipitado, e de tal forma nos arrastou consigo que é imperativo pararmos um instante apenas para poisar um olhar crítico sobre as suas realizações. A brevidade das férias, esvaziando artificialmente a consciência das suas formações e preocupações, não é propícia ao esforço de avaliação que seria salutar realizarmos no limiar de um novo semestre e de novas tarefas. Mas que administração universitária (senão, talvez, num Japão budista cada vez mais longínquo) aceitará tornar obrigatória, neste período de fronteira, uma semana de meditação e de intenso recolhimento?

Antes mesmo de nos entregarmos de corpo e alma às novas convulsões que nos esperam, importa todavia efectuar — nem que seja só durante uma página! — o recuo necessário a uma tal interiorização. Porque

se trata de facto de *interiorizar* decisões e reformas que, sem essa assimilação psicológica, se arriscam a permanecer letra morta. Não basta ter conseguido, no decurso destes últimos meses e à custa de uma verdadeira mobilização geral de energias e de vontades, levar a cabo projectos (e refiro apenas os domínios em que estive directamente envolvida e para os quais solicitei a ajuda de todos) como:

- a criação de um Observatório Bolonha (OB), que acompanhou os primeiros passos da adaptação ao Processo de Bolonha e identificou as dificuldades encontradas na execução de um novo modelo de funcionamento;
- a elaboração de um Regulamento Pedagógico (RP) que estabelece um conjunto de normas e orientações gerais sobre o processo pedagógico e as relações entre os membros da comunidade escolar aplicáveis aos cursos do 1.º ciclo e do 2.º ciclo integrado da UC;
- a elaboração de um Sistema de Gestão de Qualidade Pedagógica (SGQP), que, procurando sistematizar uma atitude pedagógica que parta do levantamento de um conjunto relevante de indicadores e se traduza na qualidade dos actos de formação praticados, visa criar um mecanismo regular de avaliação da qualidade que permita aos órgãos responsáveis de cada faculdade a análise dos resultados e da sua evolução, em termos de desempenho pedagógico (dos docentes) e de sucesso escolar;
- a execução de um projecto de combate ao insucesso e ao abandono escolar e de Apoio à Transição (PAT), projecto multifacetado e pluridimensional que re-





quer o desenvolvimento, por parte do estudante, de um conjunto de competências que passam nomeadamente por um processo de regulação da aprendizagem e do estudo e pela melhoria contínua das suas competências pessoais e interpessoais.

Esta dinâmica, surgida de um intenso trabalho de equipa, consolidado em inumeráveis reuniões, comissões e outras *task forces*, e resultando de anos de preparação, só terá sentido quando tiver efectivamente transformado a nossa realidade quotidiana, isto é, o trabalho de cada um.

Se a função natural da Universidade é a aquisição de verdades científicas e a conservação e criação de valores culturais, a liberdade de espírito em toda a sua plenitude permanece a sua condição indispensável. Ora, essa liberdade mental não pode resultar de um decreto ministerial. Compete a cada um encontrar, nas reformas em curso, os elementos de uma nova síntese pessoal capaz de assegurar a estabilidade e o conforto moral que, só ele, no dizer de Aristóteles, permite o exercício das virtudes intelectuais. Em suma, as mutações da instituição universitária, nascidas da discussão e da participação colectiva, não terão sentido psicológico — e por conseguinte eficácia prática — senão no dia em que a criatividade individual puder de novo desenvolver-se no quadro renovado do ensino superior. Mas para chegar a esse estágio de bem-estar científico e cultural, importa que os indivíduos que

compõem a nossa “noosfera” ou, por outras palavras, o nosso metabolismo colectivo, tenham tido o cuidado de fazer sua, pelo pensamento, a revolução que acaba de ocorrer à nossa frente sem verdadeiramente nela termos participado. Regressada a calma, será tempo de pedir a cada um que se prepare para afrontar a questão, já não apenas administrativa ou pedagógica, mas essencialmente filosófica, de repensar as relações recíprocas dos saberes no conjunto da universidade. Podemos aspirar ao momento em que “Bolonha”, o SGQP, o PAT e outras siglas rebarbativas terão entrado nos nossos hábitos, para deixar lugar ao que, definitivamente, constitui a vocação universitária de cada um, a transmissão do conhecimento, a formação dos espíritos, a investigação, isto é, esse espaço do invisível onde a inteligência se põe a si mesma em causa interrogando-se sobre os seus próprios limites sem pedir licença a ninguém a não ser talvez aos outros trabalhadores da “cidade científica”. Só assim se poderá de novo tornar sensível a unidade do espírito que, para lá das regiões e das fronteiras disciplinares, para lá das “faculdades”, nos eleva num mesmo movimento de racionalidade partilhada ou, por assim dizer, num mesmo sentimento de transcendência. É pois urgente encontrar em si — ou *ailleurs* — o refúgio propício ao renascer das forças anímicas antes de nos podermos lançar na revolução epistemológica à qual somos chamados.

*\* Vice-Reitora da Universidade de Coimbra*

**Esclarecimento:**

Por lapso, no número 21 da *Rua Larga*, no texto “Comunicar e interagir com vários públicos através das tecnologias de informação”, integrado na secção “Reitoria em Movimento”, da autoria de Pedro Manuel Saraiva, verificaram-se as seguintes incorrecções:

**Onde se lê**

p. 9

ECTS - European Credit Transfer and Accumulation System

RSS - Really Single Syndication

**Deve ler-se**

p. 9

ECTS - European Credit Transfer and Accumulation System

RSS - Really Simple Syndication

Aos leitores e ao autor apresentamos as nossas desculpas.





# Oficina dos Saberes

ACTUAL

IMPRESSÕES

BREVES

RIBALTA



# UC já tem novos Estatutos

João Mesquita

Os novos Estatutos da Universidade de Coimbra (UC) foram publicados no “Diário da República” a 1 de Setembro, 11 dias depois de terem sido homologados, por despacho do ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Mariano Gago. O documento fora aprovado a 4 de Junho, apenas com um voto contra e quatro abstenções, entre os 21 membros que compuseram a assembleia estatutária.

A elaboração dos novos Estatutos era uma imposição do novo Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (RJIES), adoptado pelo Parlamento, por proposta do Governo, na segunda metade do ano passado. Mais do que isso, a lei já estabelecia boa parte das soluções de fundo que teriam de ser aplicadas por universidades e institutos politécnicos.

Entre elas, a criação de um Provedor do Estudante; a possibilidade da transformação das instituições em fundações públicas com regime de direito privado, ou a constituição destas por parte do Executivo; a formação de um Conselho Geral até 35 membros, como órgão de governo da Universidade, de onde parte a eleição do reitor e do próprio provedor; e a criação obrigatória da figura do director ou do presidente, como principal responsável pelas “unidades orgânicas” de cada estabelecimento.

Estes dois últimos aspectos viriam a revelar-se os mais polémicos, inclusive durante o debate efectuado nas assembleias de elaboração dos estatutos. Alegavam os críticos das soluções adoptadas que, ao eliminar a Assembleia de Representantes e ao remeter o Senado para meras funções consultivas do reitor, a Lei da Assembleia da República optava por uma via centralista, apesar de prever a existência de personalidades “de reconhecido mérito” exteriores à instituição que,

em casos como o de Coimbra, passam a integrar o novel Conselho Geral em número de dez (juntamente com 18 professores e investigadores, cinco estudantes e dois funcionários). No fundo, a mesma reserva colocada à obrigatoriedade da criação de um órgão nominal para o governo de cada unidade, quando essa função era, até aqui, habitualmente desempenhada por uma estrutura colegial — o Conselho Directivo, com grande autonomia relativamente ao reitor. Em situações como a da UC, com a particularidade de o director de cada faculdade acumular essa função com a de presidente dos respectivos conselhos Científico e Pedagógico.

Relativamente consensual, em contrapartida, veio a revelar-se a criação do provedor, personalidade a nomear pelo Conselho Geral, sob proposta do reitor e depois de ouvido o Senado, com um mandato de três anos. Tem por funções, como parece óbvio, “a defesa e promoção dos direitos dos estudantes”, não sendo, porém, obrigatório que seja um deles.

Em Coimbra, o documento aprovado consagra a Universidade como “uma instituição desde sempre aberta ao mundo, à cooperação entre os povos e à interacção das culturas, no respeito pelos valores da independência, da tolerância e do diálogo, proclamados na Magna Carta das Universidades Europeias”. Simultaneamente, estabelece que a Escola se afirma “pela conjugação da tradição, da contemporaneidade e da inovação”, garantindo apoio aos Antigos Estudantes; à Associação Académica, suas secções e organismos autónomos; às “repúblicas” e solares estudantis; e “à inserção na vida activa” dos seus diplomados.

Os 12 professores e investigadores que, para além do reitor, Fernando Seabra Santos, integraram a assem-

bleia estatutária da UC foram João Gabriel Silva, João Queiró e Manuel Fiolhais (Ciências e Tecnologia); António Santos Justo e Guilherme Oliveira (Direito); Catarina Resende de Oliveira e José Nascimento Costa (Medicina); José Augusto Bernardes (Letras); Carlos Fortuna (Economia); Adriano Barbosa de Sousa (Farmácia); Ana Paula Relvas (Psicologia e Ciências da Educação); e Rui Adelino Gomes (Ciências do Desporto e Educação Física).

Os três estudantes que, diferentemente dos docentes, foram eleitos após disputa entre duas listas, foram Nuno Mendonça, Edgar Mendes e Miguel Violante.

Finalmente, as cinco personalidades exteriores à Universidade cooptadas pelos restantes membros, foram António de Almeida Santos, Artur Santos Silva, Emílio Rui Vilar, Manuel Gonçalo Quadros e Manuel Carvalho da Silva.





Universitário inaugura circuito de manutenção

# Pelo seu bem-estar

Amândio Cupido dos Santos \*

*O Estádio Universitário de Coimbra inaugura, neste mês de Outubro, o seu circuito de manutenção. A pensar no seu bem estar. Ou não fossem muitas as reivindicações nesse sentido.*

A actividade física e a prática desportiva devidamente orientadas são essenciais para manter a saúde e o bem-estar. Constituem mesmo um dos pilares fundamentais para um estilo de vida saudável, a par com uma alimentação equilibrada.

O mundo tem assistido a um aumento significativo das doenças cardiovasculares: cancro, diabetes e doenças respiratórias crónicas. Este aumento global, epidémico, está estritamente relacionado com alterações dos estilos de vida, nomeadamente o tabagismo, a inactividade física (sedentarismo) e uma alimentação não saudável.

No mundo inteiro, mais de 60 por cento dos adultos não efectuam os níveis necessários de actividade física, benéficos para a sua saúde. O sedentarismo é mais prevalente nas mulheres, nos idosos, nos indivíduos de grupos socioeconómicos baixos e nas pessoas com incapacidades. Tem-se também assistido a um decréscimo da actividade física nos programas de educação física das escolas de todo o mundo. O sedentarismo está, assim, a ocupar grande parte do nosso tempo, advindo daí as consequências nefastas para a saúde.

O Estádio Universitário de Coimbra (EUC) é uma

infra-estrutura desportiva, localizada no centro da zona urbana da cidade de Coimbra, que pode ajudar a contrariar este incremento do sedentarismo. Foi a pensar nos milhares de pessoas que procuram este espaço para a prática desportiva, formal e informal, que a Universidade de Coimbra, através do EUC, decidiu disponibilizar à comunidade, a partir deste mês de Outubro, um Circuito de Manutenção, complementando assim os serviços já prestados na Sala de Musculação e Cardio-Fitness (SMCF).

A partir de agora, os utentes do EUC podem recorrer a uma prescrição de exercício personalizada na SMCF, onde o Circuito de Manutenção surge como mais um equipamento fundamental para a melhoria da condição física da população em geral. Ainda dentro do EUC existe uma oferta mais especializada no âmbito do controlo de treino, da avaliação da composição corporal e do acompanhamento psicológico, da responsabilidade da Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra.

A conjugação destas diferentes unidades dentro do mesmo espaço permite, neste momento, ao EUC oferecer serviços de grande qualidade a um leque de utentes extremamente alargado, que vai desde a simples melhoria da condição física até ao controlo de treino na alta competição.

\* Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra

A saga do Batalhão Académico de 1808

# Resistência às invasões francesas

João Gouveia Monteiro \*

Há 200 anos, na Universidade de Coimbra, “os sinos da torre já não chamavam para as aulas mas sim para a guerra, os lentes eram, agora, membros do Estado Maior, os estudantes, soldados de cavalaria, infantaria ou artilharia, os livros e as pastas davam lugar aos cartuchos e patronas, às pistolas e espadas, aos sabres e carabinas” (Maria José Azevedo Santos, apresentação do catálogo da exposição “Batalhão Académico de 1808”, Arquivo da Universidade de Coimbra, Junho de 2008).

Era altura de fechar as sebatas e aderir, de alma e coração, a esse grande movimento político, social e cultural que varreu o reino na sequência da invasão napoleónica, iniciada quando, em finais de 1807, Junot cruzou a raia beirã à cabeça de um exército de 26.500 homens. Desde Maio de 1808, as juntas provinciais, constituídas sob o impulso popular, começaram a mobilizar o reino e garantiram ao exército luso-britânico um aliado imprevisível: um povo em armas, mesmo que estas fossem paus, pedras, gadanhas e outros utensílios de origem doméstica ou agrícola adaptados a uma nova função – chacinar os franceses. Neste clima, que misturava nacionalismo e adesão a ideais da Revolução Francesa, fermentaram os ingredientes que dariam corpo à revolução “vintista” e às suas nobres causas de cidadania e constitucionalismo. Lado a lado, letrados laicos e clérigos, professores e estudantes, militares e civis deram expressão a um patriotismo de raiz local que teria a maior influência

nos destinos de uma guerra (a “Guerra Peninsular”) que haveria de se prolongar até 1814.

Única universidade portuguesa de então, Coimbra disse “presente!”. No seu Laboratório Chimico, sob a direcção do lente Tomás Rodrigues Sobral, se fabricou a pólvora e outras munições de guerra, cujo sabor os franceses haveriam de provar. Após a chegada de patriotas vindos do Porto, seria tomado o Colégio de São Tomás (onde se alojavam os franceses), sendo também descobertos os brasões reais na Câmara Municipal e no Mosteiro de Santa Cruz.

O vice-reitor Aragão Trigoso foi designado governador da cidade. Distribuíram-se armas, cortaram-se acessos à cidade, num ápice formou-se um Batalhão Académico impulsionado pelo estudante e sargento de artilharia Bernardo Zagalo.

Em 27 de Junho de 1808, este Batalhão, que incluía centenas de voluntários (incluindo muitos não-estudantes), chegava à Figueira da Foz, após uma caminhada arrebatadora que culminaria na tomada do forte de Santa Catarina. Seguiu-se uma marcha pelas margens do Mondego, recuperando terreno ao inimigo, permitindo o desembarque das tropas britânicas na costa de Lavos e preparando as defesas de Coimbra contra as investidas de Loison, o famoso “maneta”. Organizou-se um corpo militar constituído por seis companhias de infantaria, uma de cavalaria e uma de artilharia, parte do qual seria colocado sob o comando do lente de Matemática, Tristão Álvares





da Costa Silveira. Alguns contingentes do memorável Batalhão colaborariam também na expulsão das guarnições francesas que ocupavam os fortes da Nazaré e de Peniche. O resto asseguraria a defesa de Coimbra, sob a orientação de José Bonifácio de Andrada e Silva (um brasileiro que seria mais tarde “o patriarca da independência” do seu país).

### Participação na reconquista do Porto

Em Maio de 1809, o Batalhão Académico participaria ainda na reconquista da cidade do Porto, tomada pelas tropas de Soult durante a 2.<sup>a</sup> Invasão Francesa. O mesmo não sucederia já por ocasião da entrada em campo do general Massena, pois o encerramento da Universidade impediria a mobilização do Batalhão, dissolvido por alvará de 15 de Abril de 1811.

Foi também neste ambiente de exaltação, propício à criatividade, que foi composto o primeiro jornal da cidade, “A Minerva Lusitana”, tendo tido igualmente lugar a edição de obras de propaganda política, publicadas pela Imprensa da Universidade.

A insurreição armada tinha assim o seu braço literário, que faria com que dos prelos da Real Imprensa da Universidade saísse, logo em 1808, uma grande quantidade de folhetos, de poemas, de editais e de livros, a par de outras publicações que gravaram a memória desses tempos épicos.

Tudo isto e muito mais quiseram o Exército Português (através da Direcção de História e Cultura Militar, representada pelo major-general Matos Coelho) e a Universidade de Coimbra (através do seu Arquivo, de que é directora a Prof.<sup>a</sup> Maria José de Azevedo Santos, e da Comissão Científica do Grupo de História, presidida pela Prof.<sup>a</sup> Manuela Tavares Ribeiro) recordar e divulgar, 200 anos depois. Fizeram-no a 5 de Junho de 2008, de manhã, através de um colóquio em que intervieram: primeiro, dois militares, o tenente-coronel Nuno Lemos Pires (que, na comuni-

cação “O enquadramento estratégico para a entrada de Portugal na Guerra Peninsular”, dissecou as causas políticas da estratégia portuguesa de 1808, condicionada pelas necessidades de adaptação às estratégias das potências internacionais dominantes: França e Grã-Bretanha) e o major Abílio Lousada (que, falando sobre “A invasão de Junot e a resistência popular em 1808”, destacou as particularidades da guerra subversiva que a população organizou contra as tropas francesas, tornando num verdadeiro pesadelo a presença de Junot em Portugal); e, depois, duas civis, ambas docentes da Faculdade de Letras, a Prof.<sup>a</sup> Ana Cristina Araújo (cuja intervenção “A Legião de Minerva e o Patriotismo Académico. Heróis, factos, ideias e mitos” mostrou como, “os rapazes e os mestres da Academia, movidos pela ideia de liberdade e pela memória heróica dos batalhões que se formaram em França a seguir à tomada da Bastilha, proclamaram a Pátria em perigo e ofereceram o seu talento, generosidade e espírito combativo para a sua defesa”) e a Prof.<sup>a</sup> Isabel Vargues (cuja fala versou o tema “Em nome de causas: homens de letras e militares nos batalhões académicos no século XIX”, destacando a relação entre os acontecimentos de 1808 e a Revolução de 1820, assim como o envolvimento de homens como Herculano ou Garrett na experiência dos batalhões académicos que trataram de “secundar a acção política e militar dos vários governos liberais da monarquia constitucional”).

Da parte da tarde, foi inaugurada no Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC) a exposição “Batalhão Académico de 1808”, que reúne 59 documentos (entre registos, recibos, ofícios, jornais, cartas e até um mapa de Condeixa, incendiada por ordem de Massena, em 1811), para além de valiosas peças de equipamento militar coevo, cedidas pelo Museu Militar de Lisboa e que incluem mosquetes, carabinas, espadas, pistolas, dragonas e mesmo uma pasta de couro para transporte de correspondência. Esta bela expo-

sição, na linha das muitas que o AUC nos tem oferecido, dispõe de um rico e cuidado catálogo (que inclui os resumos das intervenções do colóquio e que conta com a assinatura do designer Antero Ferreira), deverá estar patente até 31 de Outubro.

*\* Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*



Uma civilização cibernética no terceiro milénio?

# Urge um novo fôlego humanista

Alexandre Libório Dias Pereira \*

1. Vivemos, actualmente, na chamada era da comunicação. O progresso científico-tecnológico transformou este nosso mundo numa pequena aldeia global, dotando o homem, não apenas da possibilidade de dar a lua de presente aos seus filhos, mas também do poder de autodestruição enquanto espécie (pense-se nas «adormecidas» ogivas nucleares e nas armas bioquímicas), e ainda na possibilidade de criar o Frankenstein perfeito através de manipulações genéticas e de duplicar formas de vida humana (pense-se na clonagem de embriões humanos). Além disso, o progresso científico-tecnológico tornou possível a comunicação em tempo real à escala mundial e, quase, uma virtual viagem no tempo. À panóplia de meios de comunicação já existentes, como a televisão, a rádio, a imprensa, o vídeo — para não falar já no telégrafo e no telefone —, vieram juntar-se outras tantas invenções, como os satélites, os computadores e os sistemas informáticos, os faxes, o correio electrónico, a internet, etc., naquilo que se designa de auto-estradas da informação e da comunicação.

É a revolução das tecnologias da informação, uma autêntica marca do nosso tempo, atirando para segundo plano os problemas do tráfico de armas nucleares, dos desastres ecológicos, do terrorismo, da engenharia genética, etc. A “Terceira Vaga” de que somos protagonistas, e na qual somos surpreendidos, conduz-nos, no limiar do terceiro milénio, a uma telecomunidade, i.e. uma civilização cibernética, a qual poderá carregar no seu ventre o gérmen da robotização do homem.

2. É um lugar comum a afirmação de que o homem só se compreende e reconhece enquanto ente comu-

nicante (*homo communicans* ou, também, *loquens*), que vive com os outros e na comunidade. Ora, na teia de relações comunicativas que tece e em que é surpreendido, o homem orienta-se por um código de signos que o precede: a linguagem. A linguagem que interioriza modela o seu pensamento e o seu agir, traduz-se ele num juízo valorativo, num raciocínio lógico-matemático, num devaneio do sonho ou numa obra de engenho.

Numa palavra: é em linguagem que comunicamos, herdando e instituindo sentidos sobre nós próprios e sobre o meio que nos rodeia. Pelo que a nossa vida com os outros é modelada pela linguagem e pelo código de signos que gravita no universo que nos entretete. Nesta ordem de ideias, pode dizer-se, com propriedade, que quem domina a nossa linguagem controla o modo como comunicamos, como vivemos uns com os outros, enfim, como agimos. Por isso, dizem os cientistas da linguagem que o poder se inscreve e se exerce na linguagem em que comunicamos. Ora, se esta linguagem for reduzida a um conjunto de signos técnicos, ou seja, a signos cujos sentidos susceptíveis de lhes poderem ser imputados se encontrem exaustivamente predefinidos em termos inequívocos, então encontrar-se-á a nossa liberdade de pensar e de agir encarcerada em tais comandos pré-ditados. Não seremos, então, mais do que meros robôs executantes das instruções e das funções contidas no *software* que nos programa. Pense-se na Novilíngua de Ingsoc, ficcionada por Orwell na sua obra “Mil Novecentos e Oitenta e Quatro”.

3. Se nos predisusermos a reflectir um pouco sobre o ambiente que nos rodeia, facilmente nos aper-



ceberemos que nunca como neste nosso tempo a tentação de robotizar o homem foi tão grande e encontrou condições tão propícias à sua consumação. Com efeito, esta nova escravidão não é apenas mero tema dos devaneios da ficção literária, mas antes algo cuja iminência deve despertar a nossa meditação.

### Uma nova escravidão

O melindre e a delicadeza que o problema encerra exigem que se encontre resposta para duas ordens de perguntas. Primeira: quem edita a linguagem que hoje nos comanda e por que meios é processada?; segunda: que tipo de linguagem nos é ditada?

3.1. Relativamente à primeira pergunta, impõe-se responder que a linguagem que nos comanda é editada, em primeira linha, pelos que detêm o poder dos media, sendo processada por sistemas informáticos e telemáticos. Na verdade, o universo de signos que nos absorve desde a fecundação até ao sono de Morpheu é um universo mediatizado e informatizado, prejudicando os lugares mais recônditos da nossa convivência.

Por um lado, tornamo-nos, gradualmente, em sujeitos transparentes, em virtude da cristalização operada pelos arquivos informáticos de dados pessoais.

Pense-se na importância para uma instituição financeira, que tem na mira a maximização do lucro pela diminuição do risco, do acesso às informações sobre as convicções políticas e religiosas, a conta bancária, a saúde, o código genético, e mesmo os hábitos sexuais de um candidato a uma apólice de seguros ou a um empréstimo bancário. Não é por acaso que o mercado dos serviços de informação se apresenta como um dos mais prósperos, assistindo-se, paralelamente, a uma inflação de leis, quer a nível nacional quer internacional, tendentes a proteger o direito fundamental de privacidade contra a devassa informática. Por outro lado, o consumidor/eleitor apenas acede à informação de que carece para a escolha de um au-



tomável ou de um líder político nos termos em que essa informação se lhe apresenta mediatizada pelos seus emissores. As suas fronteiras são, *a priori*, delimitadas pelos senhores da informação e da publicidade. Nestes termos, é também um lugar comum dizer-se que o que não está na televisão não está no mundo. A televisão, mais do que os restantes meios de comunicação, como a rádio e a imprensa, assume-se ainda como o filtro selectivo e o referente primeiro da convivência das massas, resistindo à “guerrilha” dos novos media interactivos, e integrando-os. De braços caídos no fim da jorna, o “televisionário” entrega-se indefeso à magia persuasiva da publicidade das marcas, à inesgotável perspicácia dos comentadores de ocasião, à criteriosa escolha dos eventos dignos de registo, absorvendo, sem se aperceber, as palavras que vai repetir, as modas que vai seguir, a opinião que vai perfilhar. Sofrendo de um incurável complexo do botão — já que, quando muito, muda de canal —, o “televisionário” rende-se perante este quarto poder. É a televisão o “Grande Irmão” que vela por nós, sentando-se à cabeceira da mesa, cuidando do que cada um precisa de saber sobre o mundo e sobre si próprio, e fornecendo as actualizações automáticas.

### O *diktat* tecnocrático

3.2. Quanto à segunda pergunta, o tipo de linguagem que nos é ditada pelos media é uma linguagem do mercado. O nosso tempo não é já o das sociedades disciplinares da modernidade, assentes institucionalmente no «panóptico», e comandadas pela linguagem da fábrica.

Atenta a globalização dos mercados, que a revolução

das comunicações tornou possível, o primado da planificação calculadora e da disciplina da produção cedeu, via de regra, à lógica do controlo do mercado, à lei da oferta e da procura regida pelos comandos da *ratio* do marketing. São os comandos da normalização, da performance, da eficácia, que, em última análise, reduzem o homem ao estatuto funcional de produtor/consumidor, em obediência ao *diktat* economicista e tecnocrático.

Por outro lado, tendo a revolução das tecnologias da informação transformado este mundo numa pequena aldeia global, pela primeira vez desde o episódio bíblico da Torre de Babel, podem todos os homens da Terra falar uma mesma linguagem: a linguagem do mercado das sociedades de consumo.

4. Nesta ordem de ideias, a civilização cibernética emergente carrega no seu ventre o gérmen do «Homem autómato», robotizando o ser humano por via da sua programação pelos media, segundo o *software* da linguagem do mercado. Neste quadro, a dignidade de cada homem seria aferida pela sua utilidade enquanto produtor/consumidor e pelas suas possibilidades de reprogramação e de reciclagem, ficando os seres humanos sujeitos à escravidão do consumismo ditado pela tirania do marketing, exercida pelos media à escala mundial.

Ora, sob pena de esta civilização cibernética que desponta no terceiro milénio pouco ter de humanamente civilizada — no sentido de ser composta por homens e seres humanos livres, iguais e fraternos —, urge um novo fôlego para o humanismo solidário, que resista ao *diktat* economicista e tecnocrático. Impõe-se, por conseguinte, ver o homem para além da máquina!

*\* Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*

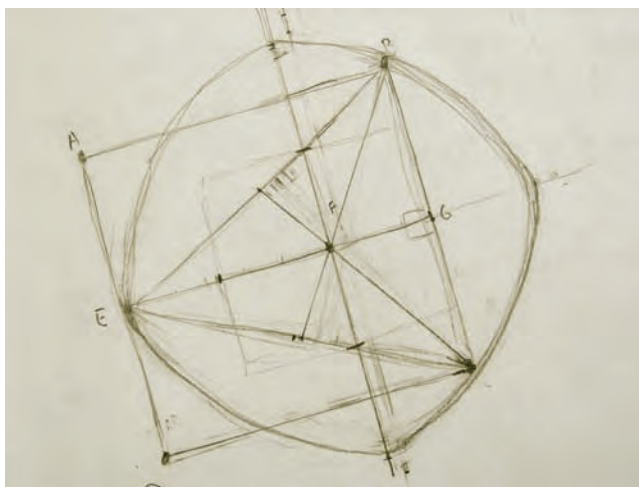
# Projecto Delfos

Alexander Kovačec, Amílcar Branquinho, António Salgueiro, Eduardo Marques de Sá, Jorge Neves \*

***Abra-se a Universidade aos mais novos, para que percorram salas e espaços que poderão ser seus um dia...***

O *Projecto Delfos* nasceu em 2001, criado por alguns professores do Departamento de Matemática. Foi acarinhado desde a nascença pelo Departamento e por este perfilhado aos dois anos de idade, como parte da estratégia de atracção dos mais jovens para a nossa disciplina. O manifesto de criação indica que o *Projecto Delfos* procura levar à prática a ideia de uma escola dedicada aos estudantes do ensino não superior mais interessados pela Matemática e com especial aptidão e gosto por ela; uma escola que funcione de modo informal, afastada das matérias escolares tradicionais, movida pelo gosto na resolu-

ção das questões complexas e interessantes em que a Matemática é fecunda; cativar os mais jovens, transmitir-lhes conhecimentos sólidos através de matérias bem organizadas e apelativas, para que cheguem um dia à satisfação suprema de descobrir, pelo seu esforço próprio, uma solução elegante dum problema difícil. Em países mais desenvolvidos, nos quais a Matemática é de há muito tempo encarada como disciplina central e praticada com insistência desde os primeiros anos de escolaridade, existem escolas desse tipo dedicadas aos alunos com maior aptidão para a Matemática. Nelas leccionam professores dos ensinos básico ao superior, praticando um ensino de excelência, locais onde os alunos são, pelo seu esforço e o dos seus professores, levados a desenvolver competências até ao limite das suas capacidades naturais.



No início, começámos por estabelecer contacto com escolas vizinhas, e outras, mais distantes, envolvidas nas olimpíadas matemáticas regionais e nacionais. Parte da nossa actividade foi por correspondência; a nossa página digital propunha problemas e, pelo correio, normal ou electrónico, íamos recebendo respostas e trocando ideias sobre os métodos mais correctos e interessantes. As iniciativas foram evoluindo, foi aumentando o número de alunos interessados e tornaram-se mais frequentes os encontros de sala de aula. Saltando no tempo, fazamos um ponto de situação de como vão as coisas, sete anos passados sobre o nascimento do projecto.

### 30 alunos em média

Neste ano lectivo tivemos, em cada sessão, uma participação média de cerca de 30 *délficos* — *nom de guerre* que os nossos alunos adoptaram. Estão previstas 14 sessões, chamadas *Estágios Delfos*, totalizando 37 dias de trabalho intenso, em que o Departamento de Matemática se enche de vida; cada estágio ocupa, tipicamente, um fim-de-semana completo, com 13 horas de trabalho, havendo encontros mais prolongados quando aperta a preparação olímpica.

Em cada *Estágio Delfos* há exposições teóricas, testes e sessões colectivas de resolução de problemas, algumas delas orientadas por *ex-délficos* que transmitem aos mais novos a sua experiência recente; “prato” obrigatório é a *Liga D’Elfos*, competição anual por equipas, com quadro classificativo e tudo, disputada com entusiasmo bem mais genuíno do que as ligas do dito “desporto-rei”. Há também *Lições Delfos*, abertas a todos os interessados, sobre temas culturais ligados à Matemática, por conferencistas convidados. Este ano, voltou a aumentar o número de participantes nas actividades.

Note-se que as equipas seleccionadas para as Olimpíadas Matemáticas, nacionais e internacionais, não ultrapassam, no total, os oito alunos. Mesmo assim, os vinte e tal que não vão a competições externas não perdem o entusiasmo pelas *delfiadas*. De facto, o projecto não tem como fim exclusivo a preparação olímpica dos mais capazes; paralelamente, mantém os seus objectivos estratégicos de elevação do nível geral de preparação em Matemática dos nossos jovens.

O trabalho intenso a que se dedicaram os nossos *délficos*, convocado pela motivação e pela vontade de saber, deram frutos: no quadro de honra destes jovens constam já cerca de duas dezenas de medalhas obtidas em competições internacionais de Matemática. Em 2007, na Olimpíada Ibero-Americana organizada em Coimbra, a nossa equipa obteve o melhor resultado de sempre a nível internacional. Talvez por isso, a Colômbia propôs um estágio conjunto, no nosso Departamento, nas vésperas da Olimpíada Internacional de 2008, de onde cada uma das equipas trouxe duas medalhas. O convívio *délfico* vai criando raízes.

O *Projecto Delfos* tem vivido de apoios vários: do Departamento de Matemática, naturalmente, em logística e em espécie; e financiamentos da Fundação Calouste Gulbenkian, da Sociedade Portuguesa de Matemática e da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, que pagam, principalmente, as viagens, as refeições e as estadias dos alunos. Os *délficos* chegam a nós por iniciativa própria e vêm de todo o lado, como ilustra a proveniência dos oito que representam, desta vez, o nosso País: Almada, Almodôvar, Coimbra, Figueira-da-Foz, Leiria, Lisboa, Portimão e Vila Nova de Gaia. É caso para dizer que os deuses distribuíram de modo equilibrado, no espaço e no tempo, o gozo pela descoberta, a imaginação, a inteligência... Assim saibamos nós tirar partido disso.

\* *Equipa Delfos*



# Os 70 anos, o TEUC

Não há forma de o evitar. Há determinados momentos na vida, seja de uma pessoa, seja de um grupo, em que nos obrigamos a olhar para trás, a rever a história para nos redescobrirmos. Para redescobrirmos aquilo que fazemos. E as razões que nos prendem ao que fazemos, ao palco, aos bastidores, às luzes e à plateia (vazia ou cheia). Aos aplausos e aos silêncios, às costas doridas, pernas pisadas e noites perdidas.

É assim que neste momento, ao celebrar os seus 70 anos, o TEUC, Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra, lança um olhar sobre o seu passado, recente e longínquo, procurando neste novas respostas para velhas perguntas, numa tentativa de fazer do teatro o que ele é, na sua permanência e efemeridade. O TEUC iniciou a sua actividade, ainda com o nome de Grupo Cénico da Secção de Fado Académico de Coimbra, em 27 de Julho de 1938. Durante os seus primeiros 30 anos de existência, a actividade do TEUC foi marcada pela direcção artística do Professor Paulo Quintela, encenando sobretudo peças de Gil Vicente, mas também de autores clássicos: de Eurípides, Sófocles e Ésquilo a Molière, Goethe, Calderón de la Barca, Tchekov ou Frederico Garcia Llorca, até Camões, Miguel Torga e José Régio.

Após o 25 de Abril, termina um período marcado pela censura e pela tentativa de torner as limitações por ela impostas. O TEUC estende o seu trabalho a áreas como o teatro de intervenção social e aborda autores polémicos, como Bertolt Brecht e Dario Fo. As décadas de 70, 80 e 90, foram marcadas por uma tentativa de experimentar novas formas de linguagem teatral, com encenadores como Fernando Gusmão, José Oliveira Barata, Adolfo Gutkin Ricardo Pais, Rogério de Carvalho, Manuel Sardinha, João Grosso, Paulo Castro, José Neves, entre outros. Também a formação assume um papel crucial a

partir deste período, assumindo-se como a base imprescindível de qualquer actividade criativa, e como instrumento fundamental à regeneração de gerações e à manutenção de uma dinâmica criativa, apenas possível através do permanente cruzar de gerações, de olhares, de ideias e perspectivas. Sendo também uma “primeira escola” para alguns profissionais de teatro de reconhecimento nacional.

## Maior heterogeneidade

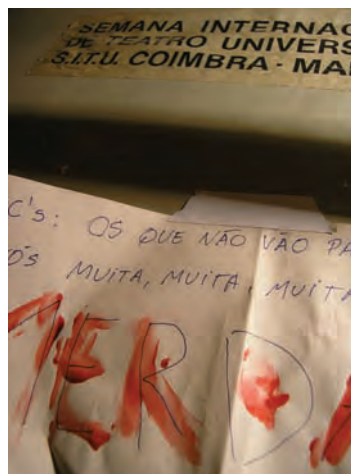
Nos últimos anos, o TEUC tem apostado numa actividade mais prolífica e heterogénea, produzindo vários espectáculos por ano, explorando diferentes formas de trabalhar, diferentes espaços e estéticas, desde “Talk the Talk and the Jay” de Pedro Malacas, um espectáculo de criação colectiva, até “Calígula” de Albert Camus, encenado por Tiago Rodrigues; de “Rinocerontes” de Ionesco, numa encenação de Manuel Sardinha, ao “Teatro Ambulante de Chopalovitch”, de Liubomir Simovitch, encenado por Pedro Matos; passando pelos ambientes escuros de Edward Bond, em “Homens das Latas”, com encenação a cargo de Luís Mestre, a “Antígona” de Sófocles, ou “Hamlet” de William Shakespeare, encenada por Nicolau Antunes.

É em conformidade com este trabalho, ainda que seguindo sempre novas e diferentes formas de trabalhar, de olhar e questionar o teatro e o lugar deste no mundo (e na cidade/universidade?) que em 2007, apresentámos as produções “Projecto Müller”, encenada por Ricardo Correia e galardoada com o prémio do Júri no XI Ciclo de Teatro Universitário da Beira Interior, e, em co-produção com a “Camaleão”, “O Fazedor de Teatro”, de Thomas Bernhard, com encenação de Pedro Malacas.



Já este ano, a propósito das comemorações dos 70 anos do TEUC, apresentámos “A Cantora Careca” de Eugéne Ionesco, numa encenação de António Durães e “O Sonho” de August Strindberg, exercício final do Curso de Formação Teatral, encenado por Pedro Matos. O culminar deste septuagésimo aniversário será uma produção do ciclo de peças de Ésquilo, “Oresteia”, com encenação de Rogério de Carvalho e com um elenco composto por elementos de várias gerações do TEUC, desde a nova geração de 2007-2008 a elementos com mais de uma década de experiência no grupo. Continuamos a acreditar que podemos crescer, a nível pessoal e colectivo, nesta casa que, orgulhosamente, todos ajudámos a construir. Porque Teatro Universitário é Teatro, em estado bruto e latente, de uma entrega total que só compreende quem por lá já passou.

*TEUC 2008*



# Alunos da UC

## participam no sonho açoriano de Roosevelt

Martha Mendes

Não terá sido exactamente assim que o 32.º presidente dos Estados Unidos da América sonhou as conferências das Nações Unidas, já na fase final da Segunda Guerra Mundial. As que agora se realizam, nada têm a ver com as Nações Unidas e, 90 anos depois de Franklin Roosevelt ter visitado os Açores, o contexto sócio-económico mundial mudou radicalmente. Mas, no essencial, a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD) realizou o sonho do político americano: especialistas de várias áreas e diferentes nacionalidades, e alguns finalistas de universidades portuguesas, reuniram-se durante uma semana de Julho para discutir as relações transatlânticas.

O local de encontro foi Ponta Delgada, em São Miguel, essa terra onde o presidente americano só esteve uma vez. Foi amor à primeira vista. O evento tem o nome do sonhador. É o I Fórum Açoriano Franklin D. Roosevelt, onde a Universidade de Coimbra marcou presença com docentes, investigadores e estudantes. Mário Mesquita, coordenador da Comissão Organizadora do Fórum e Membro do Conselho Executivo da FLAD, conta que a ideia do Fórum nasceu “da vontade de criar, nos Açores, um espaço de reflexão sobre política internacional e estratégia”. Porquê nestas

ilhas? “Fala-se muito dos Açores como um lugar estratégico em casos de guerra, mas a ideia que emana da visão de Roosevelt é que este lugar também pode servir à construção da paz e é a paz, e não a guerra, que queremos discutir”.

Nenhum dos alunos presentes hesita em afirmar que Roosevelt é um homem que vale a pena homenagear. É o presidente do Governo Regional dos Açores, Carlos César, que numa frase sintetiza o motivo: “Franklin empenhou-se em garantir que o papel da América a nível da política internacional fosse recordado pela disseminação da paz, pela força da razão e não pela força das armas, e este é um exemplo que o mundo contemporâneo precisa urgentemente de relembrar”. Manuel Porto, professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, mostra-se “a favor do Estado, mas de um bom Estado”. Manuel Porto acredita que actualmente o Estado se desacredita intervindo mal. “Ter empresas públicas deficitárias é fácil, difícil é intervir bem; o Estado deve ter, fundamentalmente, uma função reguladora do privado, o que é mais difícil”, porque, explica, “o Estado tem de ter uma competência que ultrapasse, ou pelo menos iguale, a dos privados”.



# Breves



## **Descoberta da FCTUC agita comunidade científica mundial**

Uma nova classe de bactérias foi descoberta no Mar Vermelho, a 1447 metros de profundidade, e está a ser estudada por uma equipa de investigadores da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (FCTUC), coordenada por Milton Costa, do Departamento de Bioquímica, e por André Antunes, do Centro de Neurociências e Biologia Celular. A última classe de bactérias fora descoberta há mais de 20 anos. Esta nova descoberta é o resultado de uma investigação iniciada em 2004, com uma expedição ao Mar Vermelho organizada por investigadores alemães.

Os cientistas portugueses e alemães pretendiam isolar microrganismos de zonas hipersalinas, sendo que foi a primeira vez que se recolheram organismos do fundo das fossas salgadas do Mar Vermelho, onde não há luz nem oxigénio. O respectivo artigo científico foi recentemente publicado no jornal de referência da Microbiologia, o *Journal of Bacteriology*. A descoberta está a agitar a comunidade científica mundial porque há um “mundo” a desbravar no novo grupo de microrganismos.

## **Irene Ramalho distinguida com o Mary Turpie Award**

A investigadora e uma das fundadoras do CES (Centro de Estudos Sociais), Maria Irene Ramalho, foi galardoada pela American Studies Association com o Mary C. Turpie Award. É a primeira vez que o prémio é atribuído a alguém de fora dos Estados Unidos.

O prémio, criado em 1993 e atribuído anualmente, visa distinguir professores e investigadores com excelente mérito científico no ensino e investigação sobre estudos americanos. A cerimónia de entrega ocorrerá, desta vez, durante a Convenção Anual da Associação de Estudos Americanos em Albuquerque, Estado do Novo México, Estados Unidos da América.

Além de investigadora do CES, Maria Irene Ramalho é professora catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e International Affiliate do Departamento de Literatura Comparada da Universidade de Wisconsin-Madison, EUA.

# Um canal de estudantes para toda a Academia

A Secção de Televisão da Associação Académica de Coimbra (*tvAAC*) foi criada a 17 de Dezembro de 2003, querendo ser o canal dos estudantes, feito por estudantes e para toda a Academia. Tem, por isso, como principal objectivo mobilizar toda a comunidade universitária.

A *tvAAC* pretende ser uma televisão universitária diferente de todas as outras: cortando com a norma, não foi criada pela iniciativa de uma Universidade, mas antes pela iniciativa dos estudantes.

A *tvAAC* produz e desenvolve conteúdos audiovisuais informativos, recreativos e de ficção. A Informação é uma das grandes apostas da Secção e a primeira a fixar um espaço regular no circuito interno.

A *tvAAC* oferece também, semanalmente, programas onde a actividade desportiva e o cinema merecem grande relevo. À sua grelha de programação juntam-se, ainda, espaços especialmente dedicados às secções, organismos e outras entidades académicas, com *spots* de divulgação para promover, todos os dias, as actividades da AAC e da Universidade de Coimbra.

Pontualmente, grava concertos, produz vídeos e DVDs de recordação dos mais variados eventos. Organiza ainda, em conjunto com a DG/AAC, o “Até Breves”, um concurso anual de curtas-metragens para estudantes.

A *tvAAC* revela-se também um importante instrumento de formação para os estudantes em áreas relacionadas com televisão, vídeo e jornalismo. Não só proporciona mini-cursos e acções de formação ao longo do ano, como permite a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos e o desenvolvimento de capacidades criativas. Por isso, apesar dos conhecimentos na área da televisão serem sempre uma mais valia, para participar na *tvAAC* a comunidade estudantil não precisa, obrigatoriamente, de ter noções especializadas.

Actualmente, a *tvAAC* é exibida em quatro pontos espalhados pelo edifício da AAC e em todos os refeitórios do complexo central de cantinas. Todavia, a *tvAAC* pretende chegar cada vez mais longe e alargar os seus pontos de exibição a toda a Universidade. Alguns dos conteúdos também já estão acessíveis através de um clique: [www.tv.aac.uc.pt](http://www.tv.aac.uc.pt).

**Até Breves** – Concurso de Curtas-Metragens da AAC, que terá em 2009 a sua 5.ª edição. Destina-se a estudantes de todos os graus e instituições de ensino do país, pretendendo divulgar trabalhos de realizadores não consagrados. Desde 2007 tem vindo a ser apoiado pela Pró-Reitoria para a Cultura da UC, estando inserido na programação da Semana Cultural da Universidade.

Mais informações em [www.breves.aac.uc.pt](http://www.breves.aac.uc.pt).

**Programas** – A *tvAAC* conta com diversos programas com exibição regular, existindo outros ainda em fase de produção. Destacam-se os seguintes: *tvZINE* – magazine informativo semanal com notícias da Academia, da Universidade e da cidade; *Apito Final* – programa de desporto, com peças dos jogos da Académica-OAF e que acompanha as secções desportivas da Brios, além dos campeonatos nacionais universitários; *The Trailer Show* – as estreias de cinema passam por aqui, havendo também lugar a sugestões de filmes em DVD.

**Produções** – Além da sua actividade regular, a *tvAAC* tem vindo a concretizar diversos projectos. A título de exemplo, aqui se destacam alguns:

- **Registo vídeo de eventos** – Através de realização multi-câmara foram filmados diferentes eventos, por iniciativa própria ou a pedido de outras entidades que pretendiam guardar o registo vídeo das suas actividades. Mariza no Pátio das Escolas: concerto da conhecida fadista em Coimbra, a 5 de Julho de 2008. TAUC: Comemoração dos 120 anos da Tuna Académica, com espectáculo no Teatro Académico Gil Vicente, que incluiu emissão e projecção das imagens (Março de 2008). Congresso do Desporto: evento organizado pelo Instituto Nacional do Desporto (Janeiro de 2006). Eleições AAC: cobertura de debates entre candidatos aos corpos gerentes da AAC (2007, 2006, 2005, 2004, 2003 e 2002). Campo de Montanha: evento organizado pela DG/AAC (Outubro de 2005). Encontro Internacional de Estudantes de Física: evento organizado pela Physis (Agosto de 2005). Flash Mob: vídeo produzido a pedido da Physis, com o objectivo de simular o comportamento de electrões num fenómeno físico (Junho de 2005). Eleições Reitor: Cobertura de debates entre candidatos a Reitor da Universidade de Coimbra (2003, 2002).

- **Produção Vídeo** – Curtas, spots de divulgação, reportagens, ou clips de vídeo produzidos pela *tvAAC*, por iniciativa própria ou a pedido de outras entidades.

“Cadernos de Jornalismo” - vídeo produzido a pedido do Instituto de Estudos Jornalísticos da Faculdade de Letras, para exibição no lançamento do número 0 dos Cadernos de Jornalismo, (mini DV, 2007). “Vídeo Institucional da Faculdade de Direito da UC” — vídeo produzido a pedido do Conselho Directivo da Faculdade de Direito, para apresentação e divulgação da Faculdade, exibido durante o seu Dia Aberto (mini DV, 2006). “Encontro Nacional de Estudantes de Engenharia Mecânica”: *spot* televisivo para exibição na RTP: 2 (mini DV, 15 segundos, 2006). “Caminhos do Cinema Português” — *spots* televisivos exibidos na RTP2, animação (mini DV, 2006, 2005, 2004 e 2003). “O Meu Estágio Dava Um Filme”, documentário (mini DV, 54 minutos, 2005).







# O breve olhar de um geólogo

Pedro Dinis \*

Timor-Leste, ou Lorosae (do lado em que nasce o Sol), ocupa a metade oriental da ilha de Timor, a pouco mais de 500 Km da Austrália. Se não contarmos com o enclave de Oecussi e com as ilhas de Ataúro e de Jaco, Timor-Leste tem aproximadamente 256 Km de comprimento e 80 de largura. Estes números de pouco valem, pois em Timor as distâncias medem-se, muitas vezes, em horas. Infelizmente, tais distâncias podem ser enganadoras, pelo menos para quem viaja. Quem sai, nunca sabe bem a que horas, ou em que dia chegará ao destino. O aumento do nível das águas, quando se tem de atravessar um rio a vau, pode adiar a chegada por um bom par de dias; o aluimento e corte duma estrada pode implicar atrasos mais longos, se não se põem em prática os expedientes adequados.

Timor-Leste tem uma identidade complexa, reconhecendo-se inúmeras diferenças naturais, étnico-linguísticas, culturais, etc. Apesar de estarem estabelecidas duas línguas oficiais — o tétum e o português —, são muitos os que não falam nenhuma delas. Neste pequeno território, em que viajar sempre foi uma aventura, desenvolveram-se comunidades isoladas, durante tantas gerações, que parecem apresentar um património genético próprio. Hoje, à excepção de alguns dos mais velhos, que mantiveram alguma afinidade com Portugal, e dos mais novos, que fizeram a instrução primária depois da independência, poucos são os que conseguem manter uma conversação em português. Como a informação esclarecida chega a poucos, os acontecimentos mais inacreditáveis passam de boca em boca e tornam-se verdades consagradas. O barco japonês que naufragou ao largo da ilha, e cujos tripulantes esconderam um tesouro numa praia nas proxi-

midades de Dili. O crocodilo de Manatuto que todos os dias, à mesma hora, vai comer a uma praia. As poções e mezinhas que tornavam os guerrilheiros imunes a balas, mas que limitavam a sua actividade sexual.

## Em estado puro

Vale a pena visitar Timor-Leste. Quem o explora encontra um território em estado puro. Lá se mantém hábitos ancestrais, na maioria dos casos sem ser pelo benefício acrescentado que o turismo pode trazer. Quem viaja em Timor percorre estradas assustadoras, talhadas em vertentes escarpadas, não raras vezes interrompidas por um qualquer corte. Até pode encontrar uma dita “auto-estrada”, por ser um troço rectilíneo em que facilmente dois carros passam lado-a-lado. Nestes percursos vagarosos, depressa se deixam locais tropicais húmidos para se entrar noutros, que dizem ser dos mais secos do sudeste asiático, sem se perceber bem porquê, pois andou-se sempre à mesma altitude e distância da costa.

É obrigatório dar um salto a Jaco e a Ataúro. Jaco é uma pequena ilha no extremo oriental, com uma forma circular, onde, em torno dum núcleo arborizado verde, se desenvolvem uma praia de areia branca e um mar azul claro. A ilha de Ataúro, de maiores dimensões, situa-se a norte de Dili e tem uma ocupação humana permanente, que paga o preço duma insularidade extrema. Também merecem atenção os recifes de coral que, ao contrário de outros da região, muito danificados pela utilização de dinamite em actividades piscatórias, ainda se apresentam quase intactos. Em termos geológicos, a ilha de Timor é constituída por uma série de corpos estruturais rochosos imbrica-

dos, que constituem um “prisma acrecionário”. Estes corpos rochosos são fragmentos de crosta terrestre, provenientes de diferentes placas tectónicas, intercalados com camadas de rochas sedimentares. Encontram-se enrugados e empilhados uns sobre os outros, devido ao movimento convergente das placas. Desta forma, a ilha de Timor não é de origem vulcânica. Já Ataúro, bem como um cordão de ilhas que se desenvolve a norte de Timor, deve a sua origem ao vulcanismo. O contexto geológico em que se formou a ilha de Timor permite-lhe apresentar uma enorme riqueza natural. Os exemplos mais conhecidos são o petróleo e o gás natural. Há ainda importantes recursos identificados de ouro e manganês, entre outros. E a bela e diversificada paisagem. Porém, as condições naturais também trazem riscos consigo. Bons

exemplos são os sismos e os tsunamis. Será difícil encontrar um timorense que não tenha experimentado um tremor de terra e que, estando próximo da costa, não receie os efeitos dum tsunami.

Outro exemplo é o risco de cheias. As casas nas zonas rurais das baixas planícies do sul da ilha estão frequentemente assentes sobre uma estacaria, pois uma intensa chuvada nas terras altas pode levar à subida das águas de alguns metros nas planícies mais baixas. Há ainda outros riscos naturais ligados, por exemplo, à erosão dos solos, a deslizamentos de terras e aos ciclones tropicais, que são merecedores de grande atenção. As Ciências da Terra terão um papel fundamental no desenvolvimento deste jovem país. Saibam os timorenses tirar partido do conhecimento do meio físico.

*\* Departamento de Ciências da Terra da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra*



# Ao Largo

ENTREVISTA

RETRATO DE CORPO INTEIRO

CRÓNICA

CRIAÇÃO LITERÁRIA

LUGAR DOS LIVROS

Manuel Carvalho da Silva, secretário-geral da CGTP

# “É mau quando as pessoas se confundem com as instituições e as instituições se confundem com as pessoas”

João Mesquita

Manuel Carvalho da Silva, que completa 60 anos no próximo dia 2 de Novembro, integrou a Assembleia de revisão dos Estatutos da Universidade de Coimbra, documento que, aliás, aplaude nos seus aspectos essenciais. Agora, já doutorado em Sociologia, com uma tese intitulada “Trabalho e sindicalismo em tempo de globalização”, prepara-se para iniciar uma colaboração com o CES (Centro de Estudos Sociais), liderado por um dos homens que mais estudou: Boaventura Sousa Santos. O filho de uns pequenos agricultores minhotos, que em jovem sonhava ser engenheiro electrotécnico, escusa-se, porém, a revelar quando abandonará exactamente a liderança da CGTP, cargo que exerce desde 1986. Talvez porque, como assume, quando se despedir, não quer que o acusem de andar a pensar no seu futuro há muito tempo. Tudo quanto este antigo membro da Juventude Operária Católica, hoje casado em segundas núpcias, reafirma é que o mandato para que foi eleito no Congresso de Fevereiro último é, seguramente, o derradeiro. Mas, em longa entrevista à “Rua Larga”, onde não poupa o Governo nem esconde defeitos dos sindicatos, o ex-furriel miliciano, que combateu em Angola durante a guerra colonial, reconhece que, por sua vontade, já teria saído há quatro anos e fala da abertura de um “novo ciclo”, com o Código do Trabalho que o Executivo pretende impor. Ao mesmo tempo que cita um dos seus três filhos: “É mau quando as pessoas se confundem com as instituições e as instituições se confundem com as pessoas”.

Já se habituou a que o tratassem por “senhor doutor”?

Não tenho problemas com isso. A esmagadora maioria das pessoas com quem contacto — trabalhadores, jornalistas... — não me trata assim. O que muito me agrada.

O que é que o levou, com 50 anos, a licenciar-se em Sociologia e a partir, depois, para doutoramento?

Decidi-me aos 44, tendo entrado para a Universidade com 45. O que me levou a isso foram velhos sonhos de aprender mais e de arrumar conhecimentos. Em miúdo, tinha o sonho de ser engenheiro electrotécnico. O trabalho e a guerra colonial acabaram por o matar. Depois, fiz formação profissional. Mas mantive sempre a ambição de retomar a Escola. Só que veio o 25 de Abril, o trabalho sindical... Aqui há uns anos, pensei: “Começa a passar o tempo..”. Também houve o caso do Joaquim Dionísio,

meu camarada de direcção na CGTP. Era operário vidreiro, acabou o liceu, foi para a Faculdade de Direito. Eu incentivei-o muito. Creio que foi mais um pequeno sinal.

Disse uma vez, em entrevista ao “Expresso”, estar convencido de que, se não tivesse feito este esforço de formação intelectual, não estava na liderança da CGTP. Quer explicar-se melhor?

Estou, realmente, convencido de que tal não era possível. Porquê? É todo um pressuposto. Repare: as exigências de qualidade e de responsabilidade aumentaram muito. Os problemas que o movimento sindical hoje coloca elevam-no a um patamar que obriga a um aprofundamento constante dos conhecimentos. Claro que há outros caminhos. O meu foi o da Universidade.

Durante o período em que frequentou o ISCTE (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa), que ideia formou da Universidade portuguesa?

Deixe-me dizer uma coisa: fui um dos cinco alunos mais assíduos do meu curso, frequentado em horário pós-laboral, com as aulas a começarem entre as 18 e as 20 horas. Tenho uma boa capacidade física e de organização. A minha arma foi uma grande disciplina, o que, às vezes, me obrigava a autênticas aventuras. Cheguei a dar comigo no Porto, às seis da tarde, e a pensar: “Daqui a duas horas tenho de estar em Lisboa”... Um dos meus objectivos também era ver como é que se comportava uma geração que era a seguinte à minha. Foi uma aprendizagem boa para mim. Inseri-me bem na equipa. Alguns dos meus colegas ainda hoje me telefonam. E fui considerado o melhor aluno do curso, tendo ganho um prémio de mérito no terceiro ou no quarto ano.

É muito interessante ficarmos a saber isso, mas a minha pergunta não era exactamente essa...

Pois.. a Universidade... Apesar do nome da minha Escola e do esforço de alguns professores, notei um significativo distanciamento do ISCTE das questões do trabalho e do sindicalismo. O que não me impediu de ter gostado muito do Instituto. Do ponto de vista geral, confirmei a ideia de que a Universidade pública portuguesa tem capacidade para responder a um nível ao superior àquele em que é colocada. Não quer dizer que não tenha que reflectir. Mas a opinião global é positiva.

Certo é que parece ter tomado o gosto às “coisas” académicas. Em Coimbra, por exemplo, integrou a Assembleia de revisão dos Estatutos da Universidade. A experiência valeu pena?

Eu gostei. A Assembleia também tinha uma composição motivadora, com gente de fora que representou um acréscimo grande à discussão. Houve bons debates sobre os caminhos da cooperação com a chamada “sociedade civil”. Também me agradou a forma como o reitor conduziu as coisas. No que me toca directamente, pude exprimir os meus pontos de vista, a partir da ideia que formei do exterior e tendo sempre presente que discutir os estatutos é discutir o presente e o futuro da Universidade.

E que opinião formou do documento?

Creio que, no global, permitirá um bom percurso à Universidade, nos próximos anos. Agora, as coisas são feitas por pessoas... Ao não descurar os mecanismos fiscalizadores, o caminho encontrado situa-se na procura da criação de coesão. Mas há uma série de coisas (Bolonha, Regime



Jurídico das Instituições do Ensino Superior, etc) que representam um desafio, nomeadamente aos professores, em termos de participação. É preciso estar muito atento aos contextos, inclusive a matérias como as alterações ao regime de trabalho introduzidas por documentos como o novo código laboral e o estatuto da Função Pública.

*Continua, de todo o modo, a ser o secretário-geral da CGTP. Que balanço faz deste primeiro meio ano de mandato de uma direcção eleita no meio de grande controvérsia?*

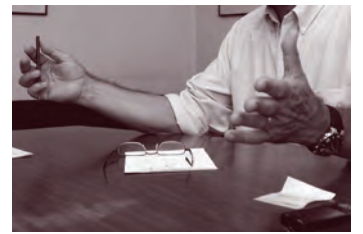
Ainda é cedo para balanços, até porque as marcas fundamentais do mandato, nomeadamente o Código do Trabalho, continuam por clarificar. A minha percepção das coisas leva-me a dizer que o Código cria condições relativamente novas para o desempenho da acção sindical e para o próprio posicionamento dos seus actores. O cerne é a contratação colectiva e o tempo de trabalho. Até ao momento, identificámos com objectividade o que está em causa e resolvemos bem as questões internas. Agora, vamos ver... A partir daqui, o quadro é diferente. De certa forma, há um fechar de ciclo. Tudo depende muito da evolução da relação de forças no terreno. O meu olhar é que, depois do final dos anos 70, após a criação da UGT e a adesão europeia, não há nenhum período tão delicado como está que está a iniciar-se. O Governo comete um erro estratégico ao aumentar o estado de necessidade dos trabalhadores e dos sindicatos.

*Mas não fica em causa o facto de este ser o seu último mandato à frente da CGTP...*

Isso está assumido e reassumido. Não há nada que me faça mudar de posição nessa matéria.

“Após o final dos anos 70, não há nenhum período tão delicado como este que está a iniciar-se”







E vai levar o mandato até ao fim?

Sobre isso, nenhum comentário. Há um processo que está em marcha e que tenho de acompanhar até ao fim. Sou um sindicalista de corpo inteiro, comprometido com um projecto. Agora, não sou propriamente um sindicalista em início de carreira. Já lá vão muitos anos... Por opção pessoal, tinha saído em 2004. E até muito próximo do último Congresso [15 e 16 de Fevereiro de 2008], a inclinação era para sair. Penso muitas vezes numa frase de um dos meus filhos, que um dia me disse ser mau quando as pessoas se confundem com as instituições e as instituições se confundem com as pessoas.

Não tem, portanto, qualquer razão o dirigente da Comissão de Trabalhadores da Auto-Europa, António Chora, quando escreve que Carvalho da Silva “não terá condições para levar o mandato até ao fim e sairá a meio, devido às contradições entre o quer para o mundo sindical e o papel que o quererão obrigar a desempenhar”?...

Mais nenhum comentário. Já disse muito. E, até, coisas que nunca tinha dito.

E a hipótese de vir a ser candidato numa próxima eleições presidenciais, também não comenta?

Sobre isso, o que digo é que sou um cidadão com todos os direitos dos outros. Mas nada me move nesse sentido. O sindicalismo, o trabalho, crescentemente partindo do social para o político — isso é o que me ocupa. Sem prejuízo da actividade universitária. É público que vou começar a colaborar com o CES.

Como é que isso se traduzirá?

Ainda está em fase de definição. Mas passará, certamente, por aulas, por conferências... Sabe que Boaventura Sousa Santos quis que eu fizesse o doutoramento em Coimbra?

Vamos ter um Outono “quente” no mundo do trabalho?

Bem precisamos. A dureza das mudanças exige a mobilização de todas as capacidades. Precisamos de fazer muito mais, à luz da dimensão dos nossos problemas. A realização de eleições no próximo ano pode constituir uma vantagem. Mas também há o risco de elas “cilindrarem” as reivindicações sindicais.

A CGTP vai reclamar a demissão do Executivo de José Sócrates? Numa recente entrevista à RTP-N, você disse que actual Governo “tem sido um desastre”...

É uma constatação. Quanto ao resto, não faço futurismo. A radicalização em palavras é uma coisa; em actos, é outra. Temos que ver o contexto. Agora, que o Governo não está à altura dos desafios que estão colocados, é um facto. Também não é novidade a emergência de populismos à direita, o aprofundamento da via neo-liberal, etc. Perante tudo isso, uma mobilização fortíssima é mais necessária do que nunca.

Só mais uma coisa, para acabarmos esta conversa sobre sindicalismo. Li-o uma vez, reconhecendo “atrasos nas análises dos sindicatos”...

... Nas análises e na acção... O movimento sindical precisa de novas estratégias, de um movimen-

“Nada me move  
no sentido de ser  
candidato  
presidencial”

to europeu coordenado. E de, sem se substituir aos partidos, ir ao combate politico-ideológico. Não pode andar a gerir, numa posição defensista, o que já vem pré-fabricado. Esta é uma das pistas que procurarei incorporar nas minhas reflexões politicas futuras.

Em que domínios é que esses “atrasos” se notam mais?

A primeira grande incapacidade objectiva é no plano macro-estrutural. Há que visitar Marx... Mas também há incapacidades no terreno. E pouca intervenção no combate politico-ideológico. Se há atrasos em matérias como estas, claro que também há atrasos em coisas como, por exemplo, a percepção do que querem as novas gerações.

Já sabe o que vai fazer quando deixar a liderança da CGTP?

Só sei que tenho de trabalhar. O resto, não sei, nem vou, previamente, definir caminhos. Quando sair, de mim ninguém dirá: “ Ele já pensava nisto!...”

Não vai dar aulas...

Aulas, já tenho dado muitas. Em geral, gratuitamente. De futuro, não imagino. Tenho a preocupação de criar bases para o momento da minha saída. Agora, o resto...

Também não vai desempenhar uma qualquer actividade partidária...

Não. Embora repita que sou num cidadão com todos os direitos.

Numa entrevista ao “Expresso”, já aqui invocada, recordou ter dito, “ainda antes do último Congresso do PC, que não tencionava fazer mais declarações sobre o Partido Comunista”. Continua “nessa” (expressão que então utilizou)?

Sim. Não sei se é uma posição definitiva, mas, pelo menos por agora, sim.

Não podemos, pois, ficar a saber em que pé está o relacionamento do Manuel Carvalho da Silva com o partido de que é militante...

Neste momento, sou um militante na acção sindical. Só.

Nem sequer podemos saber que apreciação faz da liderança de um camarada que conhece bem e que vem do mundo laboral — Jerónimo de Sousa...

O meu compromisso comigo mesmo é não fazer qualquer consideração sobre isso.

Está hoje mais ou menos “aberto a outras formas de pensar” que não a marxista?

Um bom marxista está sempre aberto a outras formas de pensar. Quanto mais não seja, para fazer cruzamentos, incorporações... Olhe, neste momento ando muito interessado em perceber como é

que a mentalidade judaico-cristã influencia o individualismo hoje existente na sociedade. Para isso, não rejeito ler autores que ficam algures, entre o liberalismo e a social-democracia, como Ulrich Beck. Não me afastando de um registo marxista forte, não me fecho sobre ele.

Para acabar quase como começámos: o que é que sentiu quando, num “célebre” dia de Maio de 2008, se viu a abrir as X Jornadas de Sociologia da Universidade de Évora?

Nada de especial. Lembro-me de que, apesar de estar a chover, estava bem disposto. E recordo-me de me terem oferecido uma garrafa de vinho tinto, antes de subir ao palco.

“A Universidade pública portuguesa tem capacidade para responder a um nível superior àquele em que é colocada”



# Eduardo Sá

## “à procura da Terra do Nunca”

Cláudia Gameiro

Tem o sorriso de uma criança. Comanda as suas acções com a emoção, sem nunca esquecer a razão. É polémico e mediático, mas diz usar a mediatização com os pés bem assentes no chão. A voz é baixa, calma e ponderada. Sente-se privilegiado por ter vivido o 25 de Abril e testemunhado a paixão “de um povo a chorar por uma revolução”. Envolve-se nos projectos com convicção e intensidade, ainda que tenha dificuldade em coordenar todas as actividades que desempenha. Não obstante, Eduardo Sá nunca perdeu uma festa de aniversário, uma actividade dos filhos. São quatro, já crescidos, e referência constante nas suas obras. Diz que foram eles que o “educaram” e que o corrigiram nas “tolices” que lhe ensinaram na Universidade. Considera, aliás, que nunca deixou “de ser criança”. Talvez por isso, o seu livro favorito seja o *Peter Pan* e o filme mais marcante *À Procura da Terra do Nunca*.

Eduardo Sá nasceu em Leiria, em 1962. Hoje é psicólogo, psicanalista e professor de Psicologia clínica no Instituto Superior de Psicologia Aplicada em Lisboa e na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, onde se formou. Desde muito cedo começou a colaborar em diversas publicações, tendo percorrido as revistas *Xis*, *Adolescentes*, *Pais*, a *Notícias Magazine* do *Diário de Notícias* ou o jornal *Público*. Logo percebeu “que era mais fácil escrever uma tese do que um artigo que toda a gente pudesse ler”. Aprendeu assim a ser sintético. Aos artigos seguiram-se os livros, com títulos tão característicos como *Más Maneiras de Sermos Bons Pais*, *Crianças para Sempre* ou *A vida não se aprende nos livros*.

As obras salientam-se pela irreverência e as afirmações provocatórias sobre o tratamento das crianças. Numa afirma ser “recomendável que os alunos ousem ser insolentes para com os seus professores”; noutra, que “atrás de uma criança difícil está sempre um adulto em dificuldades”.

Os leigos chamam-no de liberal, os colegas acusam-no de ser sensacionalista e demasiado simplista. Da televisão, meio que também conquistou com o programa *Livro de Reclamações*, surgem retratos anedóticos sobre o seu modo de estar e de falar. A tudo isto Eduardo Sá responde ter aprendido “que a inveja não é um sentimento mau”.

### Estudantes gostam

Os alunos adoram-no, citando as suas frases mais características. “Tão natural como a sua sede” costuma ser uma delas. Valorizam o tratamento de igual para igual, a coragem de aparecer, de ter tempo para tudo, de discutir se a nota final é ou não justa. Os anfiteatros enchem-se da frente para trás e cada um procura ver quem consegue manter o silêncio por mais tempo. Muitos já fizeram a cadeira, mas continuam a assistir às aulas.

Olham-no com carinho e reverência. Admitem, porém, que o professor não sabe dizer “não”, acabando por ter pouca disponibilidade para partilhar um conhecimento que se torna “insubstituível”. Nos momentos em que está, entrega-se a 100 por cento.

Mas quer tanto abraçar o mundo que não consegue. Eduardo Sá sorri e cora ao lembrar os alunos.

a finalista de Psicologia de Coimbra a sair da Latada directamente para as suas aulas. Muitas alunas eram apaixonadas por ele. Entravam, afinal, na Terra do Nunca, procurando por entre os alicerces da Faculdade aquela irreverência de quem vive a vida pela primeira vez e quer ver satisfeitos os seus porquês e os seus caprichos. Onde basta ter um pensamento bom, um mundo feito de arco-íris, para conseguir voar. E seria tão bom ser criança para sempre...

O escritório, na clínica “Bebés e Crescidos”, em Coimbra, está recheado de livros e revistas. Na secretária, um pote de chocolates enche os olhos de qualquer petiz que por ali passe. Mesmo o cabelo já grisalho, não lhe retira o rosto sorridente de um garoto de dez anos. Afirmo adorar dar aulas, mas detesta um ensino superior baseado em relações de poder. Foi vice-reitor da Universidade Internacional da Figueira da Foz. Acredita ser boa pessoa e sente-se mal quando acha que falhou nesse intuito. A filha mais velha, Sofia, perguntou-lhe um dia porque razão a lua estava no céu. Eduardo Sá não soube responder. O facto não traumatizou a jovem. O pai, mesmo sendo hoje seu professor, continua o mesmo de sempre, mais “galinha” do que a mãe. Um óptimo narrador de histórias, que esteve sempre presente, que lhes deu liberdade de pensamento e se tornou um exemplo de luta por aquilo em que se acredita.

Quando perguntam ao psicanalista pelo mundo, diz que o vê “a cores” e que “tem vindo a tornar-se um lugar cada vez melhor”. O futuro “é sempre um local mais bonito” para quem não gosta de olhar o passado, acreditando no que as crianças trazem de novo. Porque elas, afinal, “não são o melhor do mundo”, mas o melhor “de nós mesmos”. Por isso continua a aparecer, comentando casos tão polémicos como o da pequena Esmeralda ou o da austríaca Natasha Kampush. Eduardo Sá destaca-se também pela investigação no âmbito da psicologia do feto e do bebé.

“O bem-estar da criança é essencial”, comenta Catarina Neves, ex-aluna do professor. Quando este ensinava a matéria, parecia estar a contar uma história, chegando



Para procurar entender os movimentos estudantis

# Conjugar as componentes cultural e sociopolítica

Elísio Estanque e Rui Bebiano \*

A abordagem histórico-sociológica que privilegiámos no estudo recentemente publicado em livro, sob o título “Do activismo à indiferença. Movimentos estudantis em Coimbra”, pautou-se pela preocupação de conjugar as componentes cultural e sociopolítica para interpretarmos os movimentos estudantis dos dois períodos analisados (os anos 60 do século passado e a actualidade) enquanto veículos portadores dessa duplicidade de elementos, e ao mesmo tempo como processos que permanentemente os reconfiguram, e de certo modo os reinventam. Sendo a dimensão cultural susceptível de conotações polissémicas, importa sublinhar que ela traduz, neste contexto, um duplo sentido. Este, pode ser entendido a partir da duplicidade que resulta da combinação entre modalidades de consumos “culturais”, ligados a práticas como a leitura e a familiaridade com o campo intelectual, artístico e literário, entre outros, por um lado, e o conjunto de práticas, atitudes, estilos de vida e rituais quotidianos, por outro.

Hoje, a sociedade democratizou-se e a Universidade, além de se democratizar na sua gestão e funcionamento, massificou-se e regionalizou-se. Vivemos uma época de excesso, de fluidez, de individualismo e de precariedade. De excesso de ofertas, de informação, de apelo aos consumos, materiais simbólicos e mediáticos; de fluidez, mobilidade e maleabilidade das estruturas sociais e das identidades colectivas; de individualismo e desinteresse perante o outro, o diferente, o migrante, o estranho; de precariedade das relações e vulnerabilidade do indivíduo, marcado por sentimentos de perda, de insegurança e de falta

de oportunidades. Porém, a sociedade portuguesa — e com ela o tecido estudantil universitário — permanece atravessada por múltiplos contrastes, entre o velho e o novo, entre o urbano e o rural, o litoral e o interior, a modernidade e a tradição.

Neste quadro, Coimbra e a sua Universidade (UC) posicionam-se numa região particularmente permeada por este conjunto de tendências e lógicas contraditórias e ambivalentes. Os estudantes da actual geração revelaram orientar-se, predominantemente, por valores e expectativas de um projecto de vida “auto-centrado”, reconhecem a importância de instituições como a Universidade, a ONU e os tribunais, relativizando muito abertamente o valor das Repúblicas (onde, recorde-se, habita de facto uma ínfima minoria de universitários “alternativos”), mas também da Igreja e dos partidos políticos. Olham com desconfiança para os seus próprios dirigentes associativos, e participam muito pouco no movimento estudantil ou noutras estruturas organizadas. E mesmo os rituais académicos tradicionais são vividos segundo fórmulas de excitação momentâneas e com uma limitada percepção do seu significado mais profundo, parecendo os estudantes especialmente alheios à génese histórica dessa tradição.

## Recomposição na origem de classe

Na actualidade, os estudantes de Coimbra são, na sua larga maioria, oriundos da região centro do país, o que nos ajuda a compreender, não só o intenso ritmo das deslocações regulares em visitas à família,



em geral com regularidade semanal, mas também a recomposição que tem vindo a ocorrer nas origens de classe dos estudantes. Ou seja, uma parte não desprezível dos actuais estudantes são filhos da classe trabalhadora. Uma geração, aliás, muito feminizada e em que o peso relativo das raparigas é ainda maior no caso dos estudantes oriundos dos estratos mais baixos da classe de origem. Assim, a situação traçada ajuda-nos a compreender melhor as profundas alterações que têm vindo a verificar-se nas últimas décadas, desde logo no que se prende com a recomposição das origens de classe e com o número crescente de estudantes na UC. Mas é, sobretudo, a ligação entre a comunidade estudantil e a cidade de Coimbra que tem vindo a sofrer nas últimas décadas uma profunda transformação, em larga medida resultante dessas grandes alterações. A dependência económica das famílias, a facilidade de transportes, a proximidade geográfica da residência dos pais, constituem factores facilitadores da intensa mobilidade dos estudantes, levando muitos deles a sair de Coimbra à quinta ou à sexta-feira e a regressar à segunda-feira, ficando assim, praticamente, apenas três ou quatro dias na cidade, tempo esse que necessariamente é ocupado, sobretudo, com a frequência de aulas e outras actividades lectivas.

As representações dos actuais estudantes acerca dos movimentos dos anos 60 revelam-se num aparente reconhecimento da importância social dessas experiências — mostrando concordar com o papel decisivo que possuíram na democratização do país e da Universidade —, muito embora os dados deixem perceber que, para a geração de hoje, a influência desse passado nas actuais dinâmicas estudantis é escassa (apenas 38 por cento das respostas apontam em sentido contrário). Há, todavia, algumas contradições e clivagens. Pode dizer-se que a memória desse período se assume, hoje, como um simulacro que, para uns, é mistificado ou até exaltado como referência (apesar de largamente distorcida), enquanto que para outros o imaginário sobre esse período, além de ser remetido para o baú das velharias, possui um alcance irrelevante perante os actuais problemas sociais e associativos.

Ao compararmos estes dois períodos foi possível detectar linhas de ruptura e de continuidade. Da parte das actuais lideranças do associativismo, por exemplo, tem-se manifestado uma crescente preocupação em capitalizar a memória das experiências do passado. Porém, elas funcionam, ao mesmo tempo, no quadro de esquemas organizativos, de linhas programáticas e de orientações subjectivas que são, essencialmente, de ruptura com esse passado. Mas, tal como emerge no discurso das actuais lideranças, esse passado revela contornos algo nebulosos, moldados pelos seus objectivos imediatos e pelas actuais necessidades, mas nunca deixa de estar presente.

### Entre a tradição e a mudança

Neste momento, num contexto de intensa e rápida transformação da comunidade universitária (intensificada pelo processo de Bolonha), as práticas de cidadania inerentes à condição de estudante oscilam entre a tradição — localmente omnipresente — e a mudança. Porém, tal como ficou provado neste estudo, o meio estudantil não mergulhou numa espiral de indiferença e de alheamento em relação aos problemas gerais da sociedade e da universidade: o que se passa é que estes nem sempre parecem coincidir com aqueles que lhes são representados pelos dirigentes estudantis. Ou com aqueles que os media lhes atribuem. Entre uma e outra destas formas de perceber a realidade e de nela intervir, o passado “épico” dos combates da década de 1960-1970 parece afirmar-se como factor de unidade e exemplo de esperança. Resta saber — mas já não foi este o nosso propósito — por quanto tempo tal situação de ambiguidade se poderá manter. Os novos horizontes de mudança que hoje estão em curso no ensino superior ditarão até que ponto, no ciclo que agora se abre para a juventude universitária europeia, a ruptura instalada nos meios académicos há 40 anos atrás poderá ou não ser reinventada e influir nos desafios futuros do movimento estudantil.

\* Autores do livro “Do activismo à indiferença. Movimentos estudantis em Coimbra”, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, 2007

Vai lá meio século sobre a candidatura do general

# Humberto Delgado no Porto e em Coimbra

José Correia Tavares \*

Com natural e comovida surpresa, recebi pelo correio, em Setembro de 1994, uma oferta de Alexandre Babo: onze folhas A4, contendo, na sua letra não muito facilmente perceptível, o relato da triunfal deslocação de Humberto Delgado ao Porto e a Coimbra, bem como de alguns episódios da campanha do general, enquanto candidato opositorista à Presidência da República, em 1958 (1).

Alexandre Babo, embora tal não aparentasse, numa vida que ultrapassou nove décadas, era um homem de grande sensibilidade e ternura, comovendo-se, não raro, ao evocar, quase confessionalmente, situações profissionais (exerceu advocacia), literárias, de cidadania, afectivas, familiares, mesmo da infância e juventude. Detentor de vasta bibliografia activa, como ficcionista, dramaturgo, crítico teatral, ensaísta, autor de notas de viagem e memórias, Alexandre Babo foi uma das pessoas, não muitas, que mais relevantes e arriscados serviços prestaram à Associação Portuguesa de Escritores (APE), nomeadamente nos

anos que mediaram entre a extinção, compulsiva, da Sociedade Portuguesa de Escritores, em 1965, e o surgimento, em 1973, da Associação.

Era o sócio n.º 4 da APE — o mais antigo, à data do seu falecimento, em 2007 — e também honorário, desde 1996. Logo na primeira direcção, liderada por José Gomes Ferreira, foi vice-presidente da Mesa da Assembleia-Geral, presidida por Sophia de Mello Breyner. Pelo que, a pretexto das comemorações, no ano em curso (2008), do cinquentenário da candidatura de Humberto Delgado, e tendo eu recebido um convite para colaborar na “Rua Larga”, optei pela publicação do texto que Alexandre Babo me ofereceu — assim também homenageando aquele meu amigo, de saudosa memória.

Reportagem muito impressiva e inédita, sobre a qual nenhuma consideração vou tecer, apenas lhe antepondo um título: “Humberto Delgado — No Porto e em Coimbra”.

\* Vice-presidente da Sociedade Portuguesa de Escritores

(1) “Meu caro José Correia Tavares:

*Seria vaidade se te desse isto como um valor cotado na bolsa do mérito, agora ou mais tarde. Não. Certamente nada valerá para o futuro. Apenas se quando o meu espólio para amigos ou “ratos de biblioteca”, ao menos que dê qualquer coisa de mim a um amigo.*

*Não é vaidade nem humildade em demasia, que o João de Deus considerava vitupério. Sei o que valho relativamente e não perco as dimensões.*

*Um apertado abraço do Alexandre Babo*

*Parede 8/9/994”*

## Uma personalidade perturbante

O General Humberto Delgado, ainda hoje, tanto tempo passado sobre o seu meteórico e determinante aparecimento na vida política portuguesa, tanto tempo passado sobre o seu assassinato infame — e infamemente não punido, tanto no respeitante aos seus executores como aos seus mandantes e cúmplices — é para mim uma personalidade perturbante e, de certa forma, enigmática.

Lembro-me, para lá da sua chegada triunfal ao Porto, onde praticamente toda a cidade o vitoriou, aquela límpida manhã, com toda a baixa portuense guardada por um impressionante aparato policial, criando uma barreira à população que pretendia aproximar-se do seu herói, que pernitoou no Hotel Infante de Sagres. E eis que, à frente de umas duas dezenas, se tanto, de elementos da sua candidatura, envergando a sua farda de general, sobressaindo entre todos os civis que o acompanhavam, ele sai do hotel e desce até à Avenida dos Aliados, num passo cadenciado e rápido de raiva, como se aquele provocar de força bruta significasse a consciência de uma nação farta de ser dominada, momento histórico inesquecível para quem o viveu. Um grito, como chama de som, rompeu espontâneo de todos quantos ali o esperavam. Maxilares comprimidos, rostos tensos, lágrimas de revolta e de ira, em todos os rostos. Alguns militares — tenentes ou capitães (é pena que os seus nomes não fiquem gravados na vergonha da história) —, na impossibilidade de deterem o general e o seu pequeno grupo, ordenavam aos subalternos que espancassem quem pretendesse furar o cordão que, afinal, tão impotentemente os separava. As suas bocas — ouvi-as bem perto — vomitavam insultos soezes, palavrões de taberna. Entre a polícia que continha a multidão, muitos eram os que fingiam bater e murmuravam: “Se os gajos percebem que não bato, lixam-me”. E o grupo do “general sem medo” continuava a sua marcha para S. Bento, entre vivas à liberdade e morras ao fascismo, num acto electrizante de arrojo e determinação, que galvanizava todos os que o viam, dignificados pela sua coragem, com lágrimas de fel de um ódio legítimo e não contido.

Foi então que qualquer coisa — talvez só possível naquele Porto, de honra e de liberdade — surgiu, imagem que não mais se desvanecerá de minha memória, como da de tantos e tantos milhares de pessoas que a isso assistiram. Espectáculo espantoso, que uma vez mais era a certeza de que aquela canalha tinha — mais tarde ou mais cedo — os dias contados. De todo o casario que os olhos abarcavam, de cada minúscula janela, ou porta, ou simples fresta, lenços brancos acenavam um adeus de admiração, de gratidão e de esperança também, ao general que jogara tudo por tudo, oferecendo-lhe ali, agora sim, medalhas que se não conseguem em vitórias de secretaria. As muitas que ornavam a sua farda, assim como os dourados galões, nada valiam perante aquela fraterna condecoração dada por um povo — essa, realmente imperecível, imortal, e que o acompanhará pelos tempos fora, no Panteão da pátria onde os seus restos mortais merecidamente já repousam.

Quando a candidatura do general foi anunciada, não aderi a ela e, no escritório do António Macedo e do Mário Cal Brandão, gravei um pequeno depoimento justificativo da minha não adesão. Desconfiava de um general, desde o princípio homem de confiança do regime e de Salazar, que de um momento para o outro se alçava à chefia de uma oposição tenaz e de sempre. Afigurava-se-me cedo para o aceitar, aguardando o decorrer dos acontecimentos para o apoiar. De resto, julgo que muita gente tomou esta posição. Quando, no entanto, na sua apresentação à comunicação social, contra a vontade expressa do directório da campanha, à pergunta de um jornalista sobre o que faria de Salazar, no caso de ser eleito presidente, da República, ele respondeu “Obviamente o demito”, todos começámos a acreditar no acerto da escolha.

## O homem certo na hora certa

É evidente que a minha atitude pessoal não tem qualquer interesse histórico, salvo na medida em que ela correspondeu à de milhares e milhares de portugueses democratas. E, claro é também que, a partir do autêntico levantamento nacional que a sua

passagem pelo país ia provocando, e de que a ida ao Porto foi um marco decisivo, nenhuma dúvida tínhamos de que, fossem quais fossem os erros que aquele homem viria a cometer, ele era o homem certo na hora certa, capaz de fazer tremer e até ruir o edifício do fascismo português.

Afastado da organização da campanha, não tive, durante muito tempo, qualquer contacto directo com o general Humberto Delgado, limitando-me a ir aos comícios e manifestações de rua, salvo uma única vez, poucos dias antes de pedir asilo na Embaixada do Brasil, ocasião em que fui a sua casa com o meu querido amigo Dr. Martinho de Faria, advogado em Barcelos, e a mulher dele, a Elsa Araújo Faria. Antes, porém, assisti, por pura casualidade, a um dos acontecimentos marcantes da sua campanha.

Tinha ido a Coimbra, ao comício que ele ali fizera, e, quando terminou, fui ao Hotel Astória, para me encontrar com o Artur Santos Silva. Havia ali um plenário da candidatura, onde deviam tomar-se decisões extremamente importantes. Ali encontrei o

meu querido amigo Professor Luís Albuquerque com a mulher, o Dr. Jaime Cortesão e a esposa, e o filho, Dr. António Cortesão, médico no Porto. Enquanto o plenário se reunia, ficámos a conversar numa salinha a seguir ao *hall* de entrada.

Pouco tempo depois, notámos um movimento estranho entre a segurança do general e os elementos da candidatura que estavam fora do encontro. Alguém entrou no salão do conclave, enquanto outros ficavam à entrada, a falar com um homem que conheci como vice-director da PIDE no Porto, o inspector Porto Duarte. De imediato, abriu-se a porta e o general surgiu, com cara de poucos amigos, a perguntar onde estava o senhor que lhe queria falar. O Porto Duarte aproximou-se, exibindo o cartão que o identificava, e, embora bastante pálido, procurando esconder um certo nervosismo, disse-lhe: “Sou eu”. O general observou com um ostensivo desprezo o cartão e o portador e perguntou-lhe:

— “E depois? Que quer?”

— “Quero comunicar-lhe que não está autorizado

a seguir para o Norte. Terá que regressar a Lisboa”.  
— “Oiça, eu não recebo ordens que não venham de alguém com a minha categoria, ou superior. Portanto, de si não as recebo”.

Isto passava-se na nossa frente. Várias pessoas se tinham aproximado. O Porto Duarte esboçou um gesto, quase imperceptível, de levar a mão à arma, mas o general atalhou brutalmente:

— “E se o pretender fazer com uma pistola, tenho aqui outra”. E mostrou, na cintura, a arma que trazia. Habitados ao terror da PIDE, esta cena não parecia real. O general olhava para o outro como se fosse um verme, deu meia volta e voltou para a reunião. O PIDE estava branco como a cal, hesitou uns segundos e saiu. Passado pouco mais de um quarto de hora, foi-nos comunicado que o hotel estava cercado por forças do exército e da guarda republicana e que ninguém podia abandonar o local até nova ordem. Aguardámos até perto das duas da manhã, momento em que um oficial entregou ao general uma ordem escrita do Comandante da Região Militar, proibindo-o de se

dirigir para o Norte, como estava planeado, mandando-o regressar a Lisboa.

Acabada a reunião, via-se que todos dela saíam profundamente preocupados. Regressei com o Artur e o José Neves. Soube que o general tinha posto as cartas na mesa — “dera tudo, esperava que lhe retribuíssem algum”. Ainda ouvi comentários, entre dentes: “Este homem é doido e torna-se perigoso”.

Nessa noite, o Dr. Arlindo Vicente desistia da sua candidatura e toda a oposição, a esmagadora maioria do país, se unia à volta de Humberto Delgado para tentar derrubar o salazarismo. O acto eleitoral, à custa dos golpes mais baixos, das fraudes mais descaradas, ia ser uma farsa, como farsa dramática era aquela pseudo-campanha.

Por onde o general passava, havia um levantamento irreprimível, que os constantes ataques da GNR, da PSP e, às vezes, do exército, não conseguiam evitar. Especialmente o Norte e o Alentejo, eram o alastrar de um incêndio que tinha que ser contido ou...





### Se surgisse um chefe revolucionário...

Julgo, pelo que vi, que se, nesse momento, surgisse alguém com a capacidade de um chefe revolucionário, nada o deteria. (Recordo uma noite no Porto em que as mães incitavam os filhos a ir para a rua manifestar-se; e elas também iam. Num comício em Guimarães, onde falava o Paulo Cunha, a favor do Tomás, “eles” foram perseguidos a tiro. De regresso de um comício em Fafe, vi na Maia um grupo de militares, chefiado por um alferes, atacar a polícia que pretendia dispersar a multidão que vitoriava o general). Mas não houve, infelizmente, ninguém. E parte dos que acompanhavam o general não tinha a coragem dele, nem os seus desígnios de então.

A partir daí foi aumentando a repressão, dia a dia, hora a hora, mais violenta e brutal, mais despidorada. Nas vésperas das eleições, muitos dos dirigentes das candidaturas já estavam presos e os outros aguardavam a mesma sorte. O problema era também a entrega das listas. A PIDE procurava apanhá-las e evitar que fossem entregues nos vários distritos. O medo tornava-os estúpidos e sem o mínimo pejo. O Mário Cal Brandão pediu-me — dado que eu não era elemento conhecido da candidatura — para entregar as listas em Barcelos, em Braga e no distrito de Viseu. Por outro lado, conhecia todos aqueles a quem as listas deviam ser entregues. Mesmo assim, aconselharam-me que usasse todas as cautelas.

Deixei o meu automóvel na garagem do Luís Veiga e levei o carro dele. Pedi a uma amiga minha que me acompanhasse, para fingir ser um passeio romântico. E a missão foi cumprida.

Mas o medo era de tal ordem que algumas das listas que entreguei a um médico — felizmente uma parte insignificante — foram logo lançadas a um poço. E depois foi a vergonha total. Os resultados das mesas eram por toda a parte 90 e mais por cento, mesmo em circunscções onde toda a gente sabia que o general tinha uma esmagadora maioria. Lembro-me que então (refiro por ser um caso que verifiquei) só cinco eleitores tinham votado no Tomás, e o resultado foi de 96%. Foi, como disse, pouco tempo antes de o

general pedir asilo na Embaixada, que fui a casa dele, em Lisboa, com o Martinho de Faria e a Elsa Faria.

Durante mais de duas horas, quase só ouvimos o general. A dura prova por que passara tinha deixado nele marcas evidentes. Havia nele uma mistura de revolta e de espanto. Nós, que sofríamos a ilegalidade e a violência há muito tempo, tínhamos, em cada agravo sofrido, um assomo de revolta, mas “sabíamos com que contar”. Não havia surpresa nem espanto. Raiva, apenas raiva. No general tudo era diferente. Toda a sua vida corra na mó de cima, mesmo a sua situação de delfim do Salazar o colocava para lá das discriminações, das perseguições, do pântano de injustiças e de pequenas e grandes pulhices que nos cercavam, a nós os dominados.

Só durante a campanha o general se deve ter apercebido da verdadeira realidade do regime de que fora suporte e da máquina que o procurava destruir. Mal sabia ele que o ódio terrível o faria um dia cair numa emboscada assassina. Mesmo então, começava a perceber, mas ainda não totalmente, que o regime iria, sem dores de consciência, até ao crime mais sórdido. Pobre general! Bem doloroso foi o caminho que o levou muito depois de assassinado até ao Panteão. Embora os seus assassinos — executantes, mandantes e cúmplices — continuem gozando uma infame imunidade. Ele falava, gesticulava, ameaçava como se o atacassem. Conhecedor da muita miséria interior do regime, planeava para abater o regime comprar três ou quatro generais e outros tantos almirantes, e por pouco dinheiro. Não devo ter dito meia dúzia de frases e estava profundamente perturbado com aquilo a que assistia. Já não distinguia a exaltação do desconcerto. Tudo aquilo me afligia, política e humanamente.

Mas depois veio a calma. Uma calma cansada e estranhamente lúcida. Os acontecimentos e as pessoas eram observados ao raio X, talvez com um amargor que os factos justificavam.

Lembro-me de muito do que disse, mas sobretudo uma frase, dolorosamente sincera, não mais me esqueceu: “Eu não sou um líder. Sou uma bandeira”.

**Alexandre Babo**

# Lugar dos Livros

Volumes da Colecção Minerva / CIEG

**Título:** Portugal-Alemanha: Memórias e Imaginários.

**Primeiro volume:** Da Idade Média ao Século XVIII

**Autores:** Vários

**Coordenadora:** Maria Manuela Gouveia Delille

**Edição:** MinervaCoimbra e Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos, Colecção Minerva/CIEG, 11  
Coimbra 2007

Resultante de um ciclo de conferências proferidas na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, entre 1999 e 2005, no âmbito do projecto de investigação «Relações Literárias e Culturais Luso-Alemãs. Estudos de Recepção e de Hermenêutica Intercultural» (coord.: Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria Manuela Gouveia Delille), a presente antologia reúne 15 textos de carácter historiográfico, histórico-literário e/ou hermenêutico, em que memórias históricas alternam ou se fundem com representações ficcionais do Outro, entre a Idade Média e o século XVIII.

Com este volume — no qual colaboraram, por ordem cronológica das épocas tratadas, os seguintes autores: A. H. de Oliveira Marques, Marília dos Santos Lopes, Jürgen Pohle, João José Alves Dias, Ana Maria Pinhão Ramalheira, Erwin Koller, Marion Ehrhardt, Maria Manuela Gouveia Delille, Alexandra Pinho, Peter Hanenberg, Thorsten Unger, Manuela Ribeiro Sanches, Fernando Clara, Hermann Krapoth e Dietrich Briesemeister — pretende-se dar um contributo para a escrita, em grande parte ainda em construção, da história das relações literárias e culturais luso-alemãs. Encontra-se em preparação um segundo volume, que abrangerá os séculos XIX e XX.

**Título:** Camões e D. Sebastião na Obra de Reinhold Schneider

**Autor:** Maria Cristina Carrington

**Edição:** MinervaCoimbra, Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos e Universidade de Aveiro, Colecção Minerva/CIEG, 12  
Coimbra 2007

O presente volume, que constitui uma versão levemente refundida da dissertação de doutoramento apresentada pela autora, em 1999, à Universidade de Aveiro, integra-se no projecto de investigação «Relações Literárias e Culturais Luso-Alemãs. Estudos de Recepção e de Hermenêutica Intercultural» (coord.: Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria Manuela Gouveia Delille) do Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos. Trata-se de um estudo que incide sobre as figuras de Camões e D. Sebastião na obra de juventude do escritor alemão Reinhold Schneider (1903-1958), nomeadamente no ensaio *Das Leiden des Camões oder Untergang und Vollendung der portugiesischen Macht* (1930) — uma construção ficcional sobre Camões e a sua obra que evidencia a estreita articulação entre a vida do poeta e a história portuguesa de Quinhentos — e na tragicomédia inédita *Fackeln am Tejo* (1929), que, construída em torno da figura do ‘Desejado’, põe em causa o mito português do Sebastianismo.

Tanto uma obra como a outra resultaram de uma visita de Reinhold Schneider a Portugal no final dos anos vinte do passado século, a qual representou o primeiro encontro deste escritor com a história e a literatura portuguesas, tendo sido determinante para a sua carreira como ensaísta e romancista histórico.

**Título:** Uma identidade em (des)construção. A Figura de Jasão no Romance *Medea.Stimmen*, de Christa Wolf, e no Drama *Manhattan Medea*, de Dea Loher

---

**Autor:** Maria Ângela Moreira Limas

---

**Edição:** MinervaCoimbra e Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos, Coleção Minerva/CIEG, 13 Coimbra 2008

O presente volume, que constitui uma versão levemente refundida da dissertação de mestrado apresentada pela autora, em 2007, na Faculdade de Letras da Universidade de Aveiro, integra-se no projecto de investigação «Relações Literárias e Culturais Luso-Alemãs. Estudos de Recepção e de Hermenêutica Intercultural» (coord.: Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria Manuela Gouveia Delille) do Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos. A figura mitológica de Jasão, líder dos Argonautas, é no imaginário colectivo associada a imagens de bravura e heroicidade e a uma masculinidade viril e dominadora. Tomando o texto canónico eurípidiano como ponto de partida, este estudo propõe uma análise comparativa da forma como o protagonista masculino é apresentado no romance *Medea. Stimmen*, de Christa Wolf (1996) e no drama *Manhattan Medea*, de Dea Loher (1999), com particular incidência na problemática do *Gender* e no modo como as obras em apreço concorrem para a consolidação ou para a desconstrução da imagem heróica tradicional.

**Título:** A língua alemã: situação e perspectivas

---

**Autores:** Konrad Ehlich, Adelaide Chichorro Ferreira, Maria Francisca Athayde, Maria José Terroso, Anette Kind, Susanne Munz e Joana Vieira Santos

---

**Coordenadores:** Karl-Heinz Delille, Maria Francisca Athayde e Adelaide Chichorro Ferreira

---

**Edição:** Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos e MinervaCoimbra, cadernos do CIEG n.º 24 Coimbra, 2006

Em época de crise das Humanidades em geral e da Germanística em particular, a «capacidade instalada» de competências em língua alemã deve ser cuidada e mantida num país europeu como é Portugal. Assim, além da versão escrita, em edição bilingue, da palestra proferida a 11 de Novembro de 2005, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pelo Professor Doutor Konrad Ehlich, Director do *Institut für Deutsch als Fremdsprache /Transnationale Germanistik* da Ludwig-Maximilians-Universität de Munique, o presente volume reúne, em parte também em versão bilingue, o conjunto de comunicações apresentadas no Encontro «O CIEG abre as suas portas», realizado a 25 de Novembro de 2005, integrado na Semana da Ciência e da Tecnologia, que mais directamente incidiam sobre a situação da língua alemã no sistema de ensino português, tal como ela se apresentava na altura em que o referido Encontro teve lugar.





Espaço  
Das Escolas

# A biblioteca *palimpsesto*

Madalena Cunha Matos \*

Se retomarmos a ideia de A. Rossi, da cidade como *locus* da memória colectiva, então o edifício da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra é duplamente esse *locus* — pela sua existência física e pela sua função. E, se resistirmos ao apetite de começar pelo princípio, nesse caso é a função exercida que nos surge como a inteira face, a face literal desse exercício de conter, preservar e dar a ver o depósito do conhecimento de gerações inumeráveis — de uma cidade que, não fora o anacronismo, o é aqui no sentido grego — um território e uma urbe; de um país em fundação; de um país completo, e mais ainda: de mais do que o país que agora existe. Esse milhão de obras de existências é, sem qualquer necessidade de metáforas, uma memória colectiva — a que se apresenta com óbvia legitimidade e primeira consulta. Já não assim a segunda espécie de memória — a do edifício em si. Rememoremos alguns factos: este edifício, dito “o novo” da Biblioteca Geral, entrou em funcionamento em 1962. Fora inaugurado em Maio de 1956, em conjunto com a Faculdade de Medicina; e havia sido “construído entre 1952 e 1958”, segundo projecto do Arquitecto Alberto José Pessoa, um dos raros arquitectos naturais de Coimbra que trabalhou no período do Estado Novo, co-autor de obras mais tardias de grande relevo na história da arquitectura portuguesa. Foi a terceira grande obra da Cidade Universitária a completar-se, as três marcando uma faixa, orientada a Norte-Sul, projectada pelo mesmo arquitecto. Participou na definição do grande eixo monumental iniciado nas Escadarias e terminando no Pátio da Universidade. Apresenta uma fachada razoavelmente semelhante à sua vizinha fronteira, a Faculdade de Letras: uma linguagem canónica de Estado Novo; a própria imagem da estabilidade. E no entanto... que

enganos, que mutabilidade, que surpresas nos reservam este edifício! Dá-se a ver como a rígida, severa, altaneira e simétrica representação do registo *edifício público* da economia arquitectónica salazarista e como um objecto indiferenciado no seu programa; um rebarbativo rés-do-chão, apenas visionável por três portas, uns três pisos acima deste; um salão em ‘andar nobre’, um último andar em recesso, uns cegos e portentosos corpos laterais; uma fachada onde se concentram todas as glórias — de material (a única que é integralmente revestida a cantaria), de iconografia (suporte directo a um figurativismo de pedra — baixos-relevos no piso térreo e conjuntos escultóricos autonomizados nos enquadramentos laterais), de denominação (coroada de *lettering* designativo da função) e de traçado (contém um pórtico monumentalizado, alusivo à frontaria de um templo clássico singularmente planificado). Aquela inacessibilidade repercute-se nas outras frentes do edifício; neste caso, apenas nas fachadas laterais, dada a acoplagem com o pequeno “edifício-irmão” do Arquivo. E no entanto, quando se acede ao interior, a inflexível ortogonalidade do exterior começa a ceder o passo a um universo bem menos estreme — um jogo entre diagonais e verticais, criando um motivo gráfico que aparece nas balaustradas e reaparece em mobiliário fixo e móvel (sendo as secretárias e cadeiras exemplares notáveis da produção do arquitecto Alberto Pessoa; assim como as insólitas escadas móveis dos depósitos), o desenho de excelentes portas em madeira do piso da sala de leitura com um motivo extraordinariamente gráfico de ligação dos puxadores, a incorporação da linha curva em resoluções modernistas circulares ou semi-circulares, culminando no hábil tecto da grande sala; os registos pontuais da cor, no dorso das







escadas, no pavimento azul da sala de leitura, nas poltronas verdes e nas cadeiras vermelhas de leitura; e no grande painel polícromo de Jorge Barradas.

### Um despojamento radical

Simultaneamente, é no interior que surge o verdadeiro puritanismo, a assunção de um despojamento bem mais radical do que o do exterior; exterior, onde Cottinelli Telmo afirmava estar-se perante uma expressão do seu tempo, na polémica que subjaz aos reparos colocados pelo Conselho Superior das Obras Públicas à fachada da mais adiantada Faculdade de Letras, em que aquele organismo rejeitava a dureza e apelava à composição segundo uma fisionomia portuguesa (o que terá de facto levado a alterações, presumivelmente em busca desse desiderato. No caso da Biblioteca, a fachada sofre reajustes, ganha molduras salientes enquadrando as três portas de entrada, reveste-se inteiramente de cantaria e a estereotomia altera-se, ampliando a dimensão das peças.)

Desafogado das peias do exterior, todo dado às obrigações expressivas de uma arquitectura de inspiração romana-mussoliniana e sujeito ainda às opostas aspirações nacionalistas da portugalidade, no interior sente-se uma libertação à medida que se avança.

Já nas escadas principais, o desenho depura-se e elas perdem rodapé e cercaduras, cingindo-se às puras definições geométricas; no piso acima, os revestimentos dão-se a ver enquanto tal; há a assunção de um modernismo mais radical nas colunas da sala de leitura e nos espaços interiores das escadas semi-circulares de serviço, há um desenho minimal para algumas peças ou equipamentos de apoio, em especial na utilização do metal: há a incorporação de notáveis peças de suporte à iluminação — candeeiros metálicos de grande economia e depuração formal.

A grande sala de leitura é o zénite desta composição progressivamente despojada; e a luz generosa que a banha deve-se ao rompimento da parede Sul em três grandes janelas verticais e à montagem de um dispositivo de iluminação zenital por meio de uma extensa clarabóia entremeada por um plano, bem mais baixo, de tecto difusor e que se duplica como fon-

te de luz artificial. O espaço intermédio é uma grande caixa de ar que permite a iluminação de dois dos pisos envolventes de depósito, onde as estantes estão dispostas radialmente em função desse vazio. Porque aquele espaço é ovóide: nada a que uma biblioteca se conforme com ligeireza.

Se bem que exemplos ilustres haja desta tipologia arquitectónica — a começar pela Biblioteca de Estocolmo de Asplund (1918-1927), recuando à antiga Sala de Leitura da British Library, indo aos Estados Unidos nascentes e registando a Rotunda da Universidade da Virgínia, desenhada por Jefferson em 1822 e completada em 1826, e a Sala de Leitura da Biblioteca do Congresso em Washington. O espaço circular terminado em cúpula tem uma história insigne; é um espaço que se impregna de ambições transcendentes e simbólicas. Não o caso deste edifício. Nem mesmo tem a propósito do semi-círculo da extensão da Biblioteca Universitária de Helsínquia. Não: aqui surge um semi-círculo integrado com um corpo rectangular pela invulgar razão de nele ter havido um teatro, e um teatro que se lê ainda hoje. Um teatro académico que existiu a partir de 1838 sobre o corpo adaptado do extinto colégio de S. Paulo, ardeu em 1888, foi reerguido até à fase das fundações entre 1907 e 1911 — sujeito a hesitações sobre reconstruir ou não, para o mesmo ou outro uso — e por fim o arquitecto Augusto da Silva Pinto reconstruiu entre 1913 e 1935 como Faculdade de Letras, função para que a Universidade por último decidiu destiná-lo. Quando as Comissões de Obras e a CAPOCUC (Comissão Administrativa para as Obras da Cidade Universitária de Coimbra) começam a trabalhar, as hesitações ressurgem quanto ao destino a dar-lhe: porque tudo estava em questão novamente. A adaptação a Biblioteca Geral surge no extremo de uma longa série de decisões.

O espaço teatral teria uma tal força que não um, mas dois edifícios em sequência, se moldam à sua geometria essencial. O projecto de Silva Pinto, de que se conhecem algumas peças desenhadas, organiza, em simetria biaxial, um eixo de aproximação ao espaço elipsóide no coração do edifício. Tal é exactamente o que ocorre na Biblioteca, com a ressalva da geo-









metria da sala grande, que no topo Sul se obriga à ortogonalidade. Além desse, os outros acertos em distribuição planimétrica são diminutos e resultam da acrescida funcionalidade: escadas de serviço, elevador e monta-cargas, abertura e fechos de meros vãos. As paredes, espessas alvenarias de suporte dos pisos, lá permanecem; lá permanece o elucidativo frontão do alçado tardoz; ocupam-se os largos corredores de que se queixava a 2ª Comissão, por impróprios para uma Faculdade, com séries de estantes.

É no corte que se dá a mudança significativa: de quatro pisos, passa a seis nos corpos laterais, de modo a multiplicar a área de depósitos; eleva-se o piso da sala grande para poder contar com a sala do catálogo fronteira; e introduz-se um lance de escadas em direcção ao piso de entrada, entretanto reposicionado. Esta leitura sobre as peças desenhadas disponíveis carece de averiguação na massa informativa contida nos 25 dossiers relativos a esta obra oriundos da CAPOCUC. É também o levantamento preliminar nestes mesmos dossiers que posiciona o início dos projectos em 1942; uma perspectiva, já bem fiel ao que se seguirá, é datada de 1944; mas em 1950 refaz-se apenas a fachada principal, depois das outras o terem sido.

### Uma praça de escala afável

Parece ser sobre a fachada que grande parte dos esforços se centra, incluindo provavelmente o esforço financeiro; pois não é este o espaço retórico por excelência, a aproximação ao *sanctum sanctorum* do Paço das Escolas? Uma praça aqui se faz; e, se excluirmos o *facies* dos edifícios, é uma praça amena e de escala afável. Quis-se a simetria a todo o custo, variando apenas a distância ao eixo entre os dois edifícios fronteiros, corrigida embora pelo renque escultórico. Quis-se o impacto da face - não o corpo mas a face. Procurou-se ali criar uma praça, onde antes só existia um alargamento: um crescendo com cinco anda-

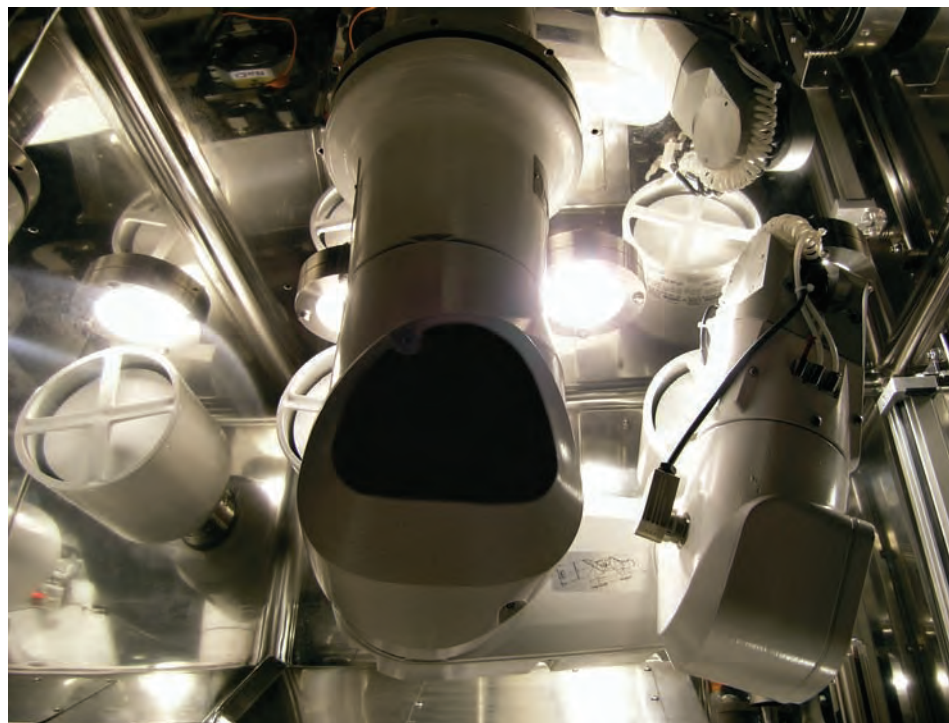
mentos, dois de passagem e quatro de estadia (Escadarias, Praça D. Dinis, Rua Larga, Praça da Porta Férrea, Pátio da Universidade); a quebra da alternância espaço linear/espaço convexo ocorre aqui, frente à Porta Férrea, onde se ensaia uma antecâmara de cerimónia.

Antes da Biblioteca, esteve a Faculdade de Letras; antes dela, o Teatro Académico; antes dele, o Colégio secular de S. Paulo Apóstolo, que se adaptara a teatro; antes ainda, o Estudo Geral dionisiano — sempre no mesmo local. Do colégio, podemos reconhecer a transmissão para o actual edifício do contorno geral — quadrangular e levemente assimétrico — a eleição da frente principal, o fechamento do edificado à volta dessa porta principal e até o volume. Esboços que se vão definindo para uma ocupação urbana, ou objectos autónomos que coincidem nalguns aspectos apenas? Julgo que a persistência da ocupação urbana neste local comprova a singularidade deste espaço topográfico e social. Não se abandona, não se perde a memória. Esta está presente, mesmo face a regimes com domínio quase total das situações. A continuidade da ocupação é testemunho de uma vontade colectiva de estar aqui; assim como a persistência do traçado arquitectónico, dos alicerces ou paredes ou colunas de um teatro, é o eco, é a repetição quase fractal dessa determinação à escala do edifício. E porque deverá o ciclo fechar-se? Uma igreja que virou café, um laboratório que virou museu, um teatro que virou biblioteca — tudo numa estreitíssima área da cidade; e com grande êxito.

Todos são imensamente frequentados. A forma suplanta a função; a função renasce noutra local. Aqui, poderia inscrever-se o usufruto do formidável espaço de cobertura plana na re-funcionalização do edifício; porque a apropriação das *doces águas e claras do Mondego*, da cidade espraiando-se, da paisagem toda em transformação lá em baixo, nunca se fez incluindo o próprio Paço das Escolas, como uma peça, conquanto elevada, pertencente a esse espaço comum.



Temas  
Instituto de Ciências Nucleares  
Aplicadas à Saúde



Robó da Unidade de Fraccionamento da Radiofarmácia

# Uma luta de mais de duas décadas

É já no início do início do ano de 2009 que deve começar a funcionar, no pólo III da Universidade de Coimbra, o Instituto de Ciências Nucleares Aplicadas à Saúde (ICNAS) — uma nova Unidade Orgânica da Universidade, envolvendo a participação das Faculdades de Medicina, de Farmácia e de Ciências e Tecnologia, especialmente vocacionada para a criação e disseminação de conhecimentos na área da imagem nuclear, bem como para a sua aplicação assistencial. Assim se porá termo a um processo iniciado em 1994, quando o último Governo de Cavaco Silva, ao abrigo do programa comunitário “Praxis XXI”, promoveu a criação, no país, de uma série de estruturas de carácter técnico-científico.

A concretização do projecto sofreu um compasso de espera a partir de 1995, quando o primeiro Governo de Guterres decidiu proceder à sua reavaliação político-económica. Mas acabou por receber “luz verde” do segundo Executivo do actual Alto Comissário da ONU para os Refugiados, que em Outubro de 1999 o inseriu no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio, muito por influência do então ministro da Ciência e Tecnologia, Mariano Gago, e uma vez vencidas as reservas do titular da pasta da Saúde, António Correia de Campos.

Em 2000, ainda que após alguma redução da verba inicialmente prevista, pôde, pois, ser lançado o concurso para a construção do que, nessa altura, era designado por Centro de Tecnologias Nucleares Aplicadas à Saúde (CTNAS). Mas esse concurso acabaria por ser impugnado por um dos concorrentes, pelo que só dois anos depois a elaboração do projecto passou a ter dono — no caso, um gabinete de arquitectura do Porto.

Em Abril passado, e já com a obra a aproximar-se do seu termo, o Senado decidiu atribuir à iniciativa a denominação de Instituto de Ciências Nucleares Aplicadas à Saúde. No mesmo mês, era nomeada a respectiva Comissão Instaladora. Presidida por João Pedroso Lima, docente da Faculdade de Medicina, integra ainda Durval Campos (nomeado pelo reitor), Santos Rosa, Luís Caseiro Alves e Adriano Rodrigues (indicados por Medicina), Hélder Araújo (Ciências e Tecnologia) e João Carlos Canotilho (Farmácia).

É precisamente o presidente desta Comissão que, nas páginas seguintes, historia o longo processo que levou à criação do Instituto e descreve a sua importância científica. Um Instituto que, inserido numa zona onde funcionam, ou funcionarão, entre outros, as Faculdades de Medicina e de Farmácia, os Hospitais da Universidade, o Pediátrico e o Instituto de Oncologia, muito contribuirá para o desenvolvimento de um dos maiores pólos da Europa na área da Saúde. JM

# Instituto de Ciências Nucleares Aplicadas à Saúde

Uma importante nova Unidade Orgânica da Universidade

João José Pedroso Lima\*

## Introdução

O Instituto de Ciências Nucleares Aplicadas à Saúde (ICNAS) é uma nova Unidade Orgânica da Universidade de Coimbra (UC), com a participação das Faculdades de Medicina (FMUC), de Ciências e Tecnologia (FCTUC) e de Farmácia (FFUC), recentemente aprovada e que se encontra em fase de final de instalação no Pólo de Saúde da Universidade. O Instituto representa um investimento estratégico da UC e da Fundação para Ciência e Tecnologia (FCT), na área da investigação biomédica, com ênfase na imagem molecular, e deve estar a funcionar no início de 2009. O ICNAS vai dispor do equipamento de imagem mais moderno, incluindo PET/TC e SPECT, juntamente com facilidades para a investigação e desenvolvimento de radiofármacos (ciclotrão e laboratórios GMP), unidade de experimentação animal, laboratórios de química, laboratórios de instrumentação e electrónica e todas as facilidades necessárias para permitir programas de investigação intensos e ao melhor nível, desde a pesquisa biomédica básica até às aplicações clínicas mais exigentes. No edifício do ICNAS encontra-se também instalado o Pólo de Coimbra da Rede de Imagiologia Cerebral Funcional (CNICF), com um Tomógrafo MRI de 3 Tesla, que se pretende que seja um forte complemento de interacção e colaboração, em particular na área da investigação do cérebro. O CNICF é também, parcialmente, financiado pela FCT.

O ICNAS encontra-se localizado na proximidade dos edifícios da FMUC e da FFUC e de diversos institutos de investigação (IBILI — Instituto Biomédico de Investigação da Luz e Imagem; CNC — Centro de Neuro-Ciências; e AIBILI — Associação para Investigação Biomédica e Inovação em Luz e Imagem). O Hospital da Universidade de Coimbra (HUC), o Hospital Pediátrico e o Centro Regional do Instituto Português de Oncologia (IPO) encontram-se igualmente a curta distância do ICNAS.

## Aspectos básicos

As diversas técnicas de imagem médica apresentam especificidades que condicionam fortemente o tipo de informação que é, por estas, veiculado. A emissão da radiação pelos órgãos ou tecidos em estudo é a base dos métodos de imagem da Medicina Nuclear (MN), que constituem uma componente importante desta disciplina. A detecção nas técnicas de imagem da MN refere-se somente à radiação emitida pelos átomos radioactivos que existem no objecto, geralmente radiação gama, isto é, radiação electromagnética com um comprimento de onda muito curto. São administradas aos pacientes substâncias marcadas com radioisótopos (traçadores), com comportamento idêntico às moléculas nativas que se pretendem estudar mas fisicamente diferentes, uma vez que são identificáveis pela emissão de radiação.

A MN retrata as mudanças espaciais e temporais da distribuição de moléculas biológicas no corpo humano,



através da identificação e seguimento de réplicas marcadas. Presentemente, é compreendido que as imagens estáticas de um sistema biológico, num particular instante, podem ser totalmente inadequados, uma vez que a dinâmica é a essência da fisiologia e da vida. A informação que é transmitida pela MN é, essencialmente, funcional e difere intrinsecamente daquela fornecida por outras técnicas de imagem, tais como a TAC (tomografia axial computadorizada com raios X) ou a ultrasonografia, que são basicamente estruturais.

A informação funcional é importante, em particular na detecção precoce e no diagnóstico, uma vez que as perturbações metabólicas precedem as alterações estruturais na evolução de processos patológicos, etambém porque as dimensões das lesões funcionais são frequentemente diferentes das dimensões das lesões anatómicas correspondentes.

É também notável que todos estes processos sejam visualizados utilizando técnicas da MN, sem nenhuma interferência com o sistema biológico, porque as quantidades de traçador usadas são extremamente pequenas (geralmente da ordem ou inferiores ao picomole). Dentre as diversas modalidades de imagem da MN, a tomografia de emissão com positrões (PET — Positron Emission Tomography) é a mais recente e é considerada uma das técnicas de diagnóstico clínico mais poderosas da actualidade. Trata-se de uma técnica de imagem, para diagnóstico e investigação clínica, que permite o estudo quantitativo do metabolismo, da bioquímica e da farmacologia locais de tecidos *in vivo*. Fundamentalmente, consiste na detecção, visualização e quantificação dinâmica de distribuições de radiofármacos contendo radionúclidos emissores de positrões transportados e retidos selectivamente como traçadores em sistemas biológicos com interesse.

A PET poderá não estar muito distante do instrumento ideal de diagnóstico médico: não invasivo; possibilitando estudos funcionais mas com elevada informação morfológica, tridimensional e dinâmica; quantitativo; e, finalmente, com a possibilidade dos exames atingirem preços aceitáveis.

A tomografia de emissão não usa métodos indirectos ou parâmetros físicos para estudar o funcionamento dos órgãos, ou obter a sua visualização. Ela “vê” as moléculas que estão a ser processadas biologicamente pelos órgãos em estudo. Deste modo, as imagens da PET são como que documentos vivos.

Uma parte dos atractivos deste método deve-se ao facto de ser a única técnica de visualização da MN com possibilidades de utilizar radionúclidos do carbono, oxigénio, azoto e hidrogénio, que podem ser integrados em qualquer molécula orgânica. A PET utiliza, na maioria dos casos, radionúclidos artificiais de baixo peso molecular, emissores puros de positrões, presentes nas moléculas biológicas, para fornecer imagens paramétricas de funções metabólicas. A informação veiculada pela PET é essencialmente metabólica e difere da fornecida pela TAC ou RMN, que é informação sobretudo de natureza estrutural.

A PET permite detectar alterações exclusivamente funcionais e é mais sensível do que as outras técnicas referidas na detecção precoce de processos patológicos, visto as perturbações metabólicas precederem, sistematicamente as alterações estruturais na evolução destes processos.

No presente, a oncologia é o sector com maior utilização da PET, que permitindo a localização e o estágio de tumores, viabiliza igualmente a diferenciação entre necrose e regeneração, além de possibilitar uma avaliação mais rigorosa dos efeitos da terapêutica.

A evolução dos métodos da medicina nuclear faz com que a oncologia nuclear com a PET tenha uma cada vez maior preponderância em termos de número de estudos realizados. Esta maior utilização deve-se muito aos avanços obtidos na compreensão dos mecanismos moleculares que estão na base da transformação maligna, desde as alterações associadas aos inúmeros passos metabólicos, até à angiogénese, à hipóxia e a diversas transformações e alterações genéticas das células.

No campo da neurologia, a PET possibilita o diagnóstico da doença de Alzheimer e a sua diferenciação de

outras formas tratáveis de demência, a localização de tumores do cérebro, a detecção de focos de epilepsia e a sua diferenciação entre zonas de necrose e isquémia. A marcação dos receptores cerebrais e dos aminoácidos para avaliação da síntese proteica são técnicas correntemente realizáveis com a PET. A tomografia com positrões é o único método não invasivo capaz de estudar o metabolismo cerebral local, qualitativa e quantitativamente. A aplicação de modelos fisiológicos ao sistema nervoso central é uma das aplicações clínicas mais importantes dos métodos que usam radionúclidos para obter informação sobre mecanismos de doença neurológica e, também, para avaliar a resposta a medicações existentes ou em desenvolvimento.

Em cardiologia, os estudos de perfusão das artérias coronárias e a determinação da viabilidade do miocárdio antes da revascularização, são importantes aplicações da PET.

Uma das razões que torna a PET dispendiosa é o facto dos isótopos emissores de positrões com interesse,  $^{11}\text{C}$ ,  $^{13}\text{N}$ ,  $^{15}\text{O}$  e  $^{18}\text{F}$ , terem períodos de desintegração da ordem dos minutos, o que obriga a ter, nas proximidades, um acelerador para a sua produção, assim como facilidades de radioquímica para a síntese dos radiofármacos.

### Nota histórica

A ideia da criação de um Centro de Tecnologias Nucleares Aplicadas à Saúde (CTNAS) de Coimbra resultou da intenção do Ministério do Planeamento (do Governo em exercício em 1994), de criar infra-estruturas técnico-científicas relevantes, em diversas áreas do país, inseridas no âmbito do Programa Comunitário Praxis XXI). A região de Coimbra seria contemplada com um projecto na área da Saúde. O então secretário de Estado da Ciência e Tecnologia, Fernandes Thomaz, pensou na possibilidade do referido projecto ser no campo das aplicações médicas das radiações ionizantes, pelo que me convocou oficialmente para diversas reuniões donde surgiu, como primeira possibilidade, a criação de um Centro, com carácter de instituição nacional, na área da Tomografia de Emissão com Positrões. Esta metodologia começava a surgir como importante ferramenta de diagnóstico e investigação, sendo limitado, na altura, o número de instituições a nível internacional, com esta modalidade ainda inexistente na Península Ibérica.

O Centro privilegiaria a instalação de tecnologia altamente diferenciada, nova no nosso país, podendo satisfazer necessidades assistenciais e servir de pólo dinamizador de desenvolvimento científico, tecnológico e educacional. Disporia de um ciclotrão de baixa energia, um tomógrafo PET, equipamento de Medicina Nuclear Convencional, já existente na FMUC, e outro equipamento que permitiria actuar no campo do diagnóstico e realizar investigação em áreas como a Física, Bioquímica e Farmácia.

Por despacho da secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia foi criado um grupo de trabalho, presidido pelo prof. dr. Daniel Serrão, da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, e tendo como o consultor estrangeiro o prof. dr. Terry Jones, do Hammersmith Hospital de Londres, incontestavelmente um dos maiores vultos europeus de PET, que elaborou um projecto prévio de um CTNAS, a ser instalado em Coimbra, com PET e Medicina Nuclear convencional, onde eram considerados o interesse da técnica, as possibilidades da sua instalação e viabilização, uma aproximação aos custos e necessidades de pessoal, bem como as exigências e custos de funcionamento.

Este projecto foi sujeito a discussão pela comunidade científica nacional, num encontro ocorrido em Tróia, convocado pela secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, em Maio de 1994. Um número considerável de especialistas de diversas áreas afins ao futuro Centro de Coimbra, tais como aceleradores de partículas, medicina nuclear e radioquímica, estiveram presentes na reunião.

O projecto foi apresentado minuciosamente, tendo-se seguido uma discussão donde emergiu uma opinião muito favorável, não tendo sido apontadas deficiências fundamentais, erros de raiz ou contra-indicações às linhas mestras da proposta. Cumprida com êxito a missão do primeiro grupo de trabalho, foi este desfeito, tendo, algum tempo depois, sido criado um segundo grupo, agora com funções mais técnicas, nomeadamente “com o objectivo de preparar a implementação do Centro de Tecnologias Nucleares Aplicadas à Saúde de Coimbra”. Este grupo foi criado por despacho do secretário de Estado da Ciência e Tecnologia, tendo como coordenador o prof. dr. João José Pedroso de Lima, da FMUC. O grupo continuava a integrar o consultor estrangeiro, prof. dr. T. Jones, que, a solicitação do Governo, emitiu uma apreciação objectiva francamente favorável ao projecto. As interacções previstas entre o CTNAS, os HUC, o IPO de Coimbra e a Faculdade de Medicina poderão ser múltiplas. No que respeita ao PET é de esperar que, na sua vertente assistencial, a Oncologia, a Neurologia, a Cardiologia e a Pneumologia sejam os principais utentes do método. A estreita ligação e proximidade física do CTNAS às três instituições referidas permite enquadrar o estudo e tratamento dos pacientes em programas gerais de acompanhamento e garantir uma optimização dos resultados.

A criação de mecanismos que possibilitem a utilização do Centro a doentes de outros pontos do País poderá ser facilitada com meios postos à disposição pelos HUC e IPO de Coimbra.

Além da cedência do terreno, a Reitoria da UC disponibilizou a sua assessoria de planeamento para apoio integral ao projecto, tendo sido iniciada a execução de um pré-projecto para a construção do edifício. Entretanto, também o Ministério da Saúde decidiu apoiar fortemente a iniciativa, participando com pessoal e apoio financeiro. Por iniciativa da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, a Reitoria da UC e o Ministério da Saúde estabeleceram um protocolo através do qual a ARS (Administração Regional de Saúde) — Centro disponibiliza um quadro de investigadores e técnicos para o CTNAS e financia a fase inicial do seu funcionamento, tendo como contrapartida a utilização de 50 por cento do tempo útil do Centro para fins assistenciais e a participação activa na investigação e desenvolvimento realizados no Centro, já que seriam executados, em grande parte, pelos seus próprios quadros.

Em conformidade com o referido protocolo foram enviados, com bolsas para fora do país, para Centros de PET estrangeiros de reconhecida qualidade, quatro licenciados já com mestrado em Biofísica ou Engenharia Biomédica, que seria suposto virem a integrar a equipa do Centro: dois físicos (em estágio em Copenhaga e Paris), uma médica (em estágio em Paris), e um bioquímico (em estágio em Londres). Estes elementos candidataram-se a receber bolsas do Programa Praxis XXI, estando dois deles requisitados pela ARS de Coimbra e a vencer, através desta Administração, ordenados equivalentes a Assistente na Faculdade de Medicina, lugar que ocupavam antes da decisão de integrar a equipa do Centro. Outros elementos do quadro de pessoal referido, para além dos enviados para estágios no exterior, foram contactados, tendo os seus processos sido parados, devido às incertezas introduzidas pela avaliação do projecto proposta pelo novo Executivo empossado em finais de 1995. Um pendor para a investigação e uma componente assistencial parecia ser a fórmula mais geralmente utilizada nos centros de PET, associados a Universidades, em actividade no presente. No nosso caso, foi considerado que a investigação devia ter um peso considerável no projecto, dada a ligação íntima à Universidade e à própria filosofia da participação do Ministério da Saúde. A investigação, por exemplo, para a indústria farmacêutica, foi também considerada uma fonte potencial de receita.

Após as eleições legislativas de 1995, o novo Governo decidiu reavaliar o projecto CTNAS e cedo se percebeu que seria feita tábua rasa de todos os antecedentes do processo. Por decisão do ministro da Ciência e Tecnologia, o projecto foi sujeito a uma análise de viabilidade económica pelo prof. Correia de Campos e seus colabora-

dores e, mais tarde, a uma avaliação científica, da qual tivemos conhecimento através de uma longa entrevista, para a qual fomos convocados, com um físico alemão, envolvido na implementação do Centro de PET de Dresden, prof. Steinbach, que se deslocou ao nosso país para o efeito.

A análise da viabilidade económica foi positiva, após uma apreciação inicial desfavorável sobre a qual me foi dada o direito de resposta. Os esclarecimentos que prestámos levaram à alteração da posição inicial. A correcção do prof. Correia de Campos neste processo foi, para nós, altamente gratificante. A avaliação científica, conforme viemos a saber verbalmente pelo sr. ministro, foi igualmente positiva, embora considerando que a verba proposta de um milhão de contos estava subestimada, pelo que era sugerida a importância de 1,2 milhões de contos. Em Outubro de 1999, cerca de quatro anos após o início da reavaliação do projecto, o sr. Ministro Mariano Gago, numa reunião convocada para o efeito, no seu Ministério, onde estiveram presentes o sr. pró-reitor da UC e o signatário comunicou-nos que, após as avaliações feitas, foi confirmado o rigor da proposta financeira e a qualidade científica do projecto e transmitiu-nos, finalmente, a decisão de atribuir a verba de novecentos mil contos ao mesmo.

Em documento de 19 de Outubro de 1999, o presidente da FCT transmitiu ao sr. reitor a aprovação do compromisso de concessão do financiamento de 900 mil contos para o CTNAS, através do Programa Ciência, Tecnologia e Inovação do III Quadro Comunitário de Apoio, concessão confirmada por ofício emanado do sr. Ministro da Ciência e Tecnologia. Apesar da aparente discrepância entre a verba que havia sido estimada e a verba atribuída, foi lançado um primeiro concurso público para a elaboração do projecto do edifício do CTNAS em Setembro de 2000. Este primeiro concurso acabou por ser anulado por processo movido por um dos concorrentes, já em recurso no Supremo Tribunal Administrativo, o que atrasou o processo cerca de seis meses. Um novo concurso, aberto em 2002, foi concluído, tendo o júri atribuído o primeiro lugar ao projecto dos arquitectos Serôdio, Furtado & Associados, com sede no Porto.

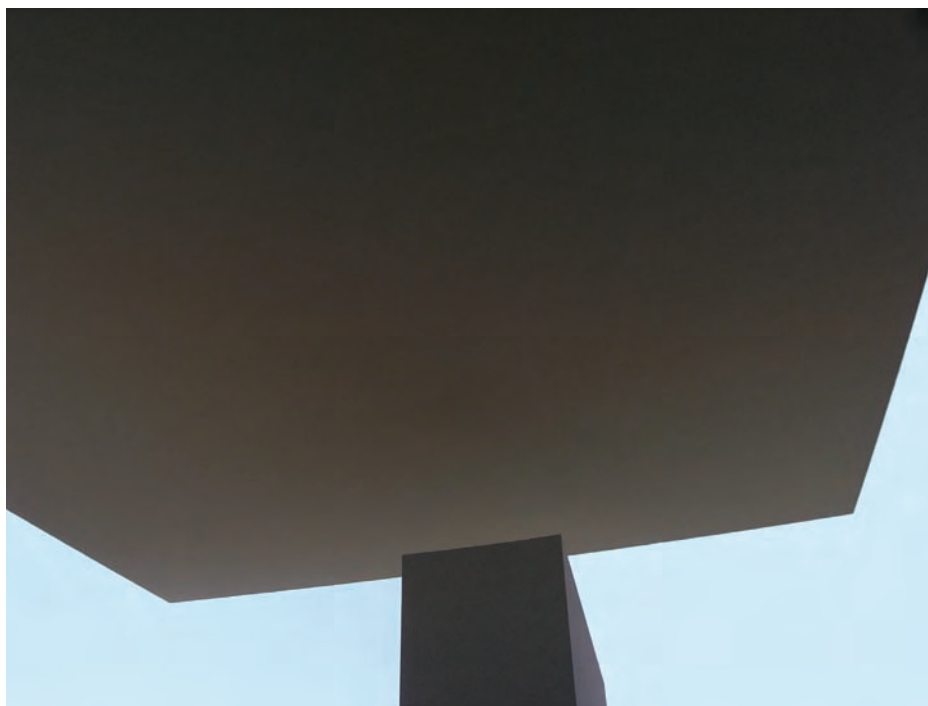
Na segunda fase de avanço do projecto, e contrariamente ao que ocorria na fase inicial, interrompida, como projecto do Praxis XXI, deixou de haver uma interacção contínua com a tutela, ficando estes contactos praticamente reduzidos à parte financeira. Todos os aspectos que têm a ver com o avanço do projecto, no que respeita à obra — ou seja, a distribuição dos espaços, a ergonomia, a protecção contra as radiações — e à escolha do equipamento foram desenvolvidos exclusivamente pelos elementos associados ao projecto. Esta fase coincidiu com a reeleição do prof. Seabra Santos como reitor da UC, ele que, desde o princípio, apoiou de modo incondicional, consistente e eficaz este projecto, que se encontra, no presente, em fase de acabamento, muito graças à sua acção. Uma alteração importante em relação à primeira fase do projecto foi a ligação ao Ministério da Saúde que, no início, parecia sólida e bem definida. No momento presente, decorrem conversações com a ARS do Centro para se encontrarem novas formas de colaboração.

Em 2005 surgiu o problema do enquadramento institucional do CTNAS no contexto da Universidade. Havia várias hipóteses possíveis: Departamento da Faculdade de Medicina, Unidade Orgânica da UC, Unidade ligada à reitoria e, finalmente, instituição privada sem fins lucrativos. As duas últimas hipóteses não se mostraram viáveis. A reitoria não tem pendor para ligação a instituições de investigação e o envolvimento oficial ocorrido, em termos da construção dos edifícios e equipamento, impossibilitaram a última alternativa. Acreditámos ser do interesse da UC, da sua Faculdade de Medicina e do próprio CTNAS que este Centro tivesse o estatuto de Unidade Orgânica da Universidade de Coimbra, enquadrando elementos das Faculdades de Medicina, Ciência e Tecnologia e Farmácia. Este sentir foi partilhado pelos órgãos de gestão e científicos destas Faculdades. A nossa opinião é baseada num conjunto de factores, entre eles a possibilidade de criação de quadros, a não sobrecarga financeira sobre a FMUC, a coerência com a multidisciplinaridade do projecto e a facilitação administrativa.

Foi também entendimento de todos que na elaboração do estatuto da referida Unidade Orgânica, nomeadamente na elaboração da composição dos órgãos de gestão administrativa e científica, fosse sempre tomado em consideração o maior peso e o papel relevante da Faculdade de Medicina em todo o processo que levou à concretização do projecto. Acreditamos, no entanto, que apesar de se tratar de uma iniciativa científica iniciada em Medicina, com finalidades essencialmente médicas, e de o Centro se localizar no Pólo das Ciências da Saúde, o carácter multidisciplinar do projecto é indiscutível.

Quer do ponto de vista técnico, para desenvolvimento, manutenção e utilização de equipamentos e produtos, quer do ponto de vista científico, no âmbito de equipas multidisciplinares em projectos de investigação pura e aplicada, o CTNAS requer competências existentes na FCTUC e na FFUC. Assim, uma presença proporcional, mas de pleno direito, de elementos dessas duas Faculdades na investigação e na participação em projectos internacionais, é muito importante, até porque, como sabemos, estes projectos exigem, em grande parte, multi-institucionalidade e multi-disciplinaridade.

Em reunião de Senado, a 11 de Abril, foi deliberado por unanimidade que o CTNAS seria uma nova Unidade Orgânica da UC. Posteriormente, foi analisada a designação do empreendimento e considerado, pela Comissão Instaladora e pelo sr. reitor que, dada a finalidade e tipo de actividade, seria mais apropriada a designação de Instituto de Ciências Nucleares Aplicadas à Saúde (ICNAS) do que a de Centro de Tecnologias Nucleares Aplicadas à Saúde (CTNAS).





## Notas finais

O ICNAS foi projectado para ser um instituto destinado à criação e disseminação de conhecimento na área da imagem molecular, bem como à sua aplicação assistencial. Até ao início do milénio, a única iniciativa com viabilidade na área do PET, no nosso país, foi o ICNAS, sendo até esta data uma tecnologia inexistente.

O pequeno grupo de doutorados físicos, químicos e médicos, onde destacamos os nomes de Antero Abrunhosa, Adriano Rodrigues, Nuno Ferreira, Francisco Alves e Isabel Prata, alguns com treino em centros europeus de referência e que irão integrar o quadro do ICNAS, participaram de modo exemplar no projecto e na supervisão da sua construção. Estes elementos, juntamente com o mentor do projecto, prof. dr. J. J. Pedroso de Lima, tiveram um papel importante na difusão dos conhecimentos nesta área através de conferências, reuniões científicas e cursos pré-graduados e pós-graduados, bem como no apoio recente a outras instituições. Além disso, estes investigadores estão já envolvidos em projectos de investigação, em colaboração com outras instituições nacionais e internacionais, assegurando financiamento de instituições oficiais e privadas, que permitem um início da actividade do ICNAS imediatamente após a sua abertura. Num período inicial, após a sedimentação das tarefas de rotina essenciais, o ICNAS deverá utilizar as vantagens resultantes da sua natureza multidisciplinar para se focar em investigação fundamental que poderá ter elevado impacto na prática Clínica. Algumas das prioridades do ICNAS são a integração do instituto nas redes de excelência existentes na imagem molecular, nomeadamente a EMIL (European Molecular Imaging Laboratories) e a DIMI (Diagnostic Molecular Imaging), e a criação de uma rede nacional congregando cientistas de diversas áreas directamente ligados à imagem molecular.

Depois de uma luta de muitos anos, esta Unidade Orgânica terá de ser realmente concretizada com o sucesso dos seus objectivos para dignificação da Universidade de Coimbra cujo esforço que dedicou ao projecto foi enorme e do País que investiu na nossa qualidade.

*\* Presidente da Comissão Instaladora do Instituto de Ciências Nucleares Aplicadas à Saúde*

*prémio*

# UNIVERSIDADE DE COIMBRA

PATROCÍNIO DO BANCO SANTANDER-TOTTA  
APOIO DO JORNAL DE NOTÍCIAS  
EDIÇÃO DE 2009



© UC 2009 - Foto: João Almeida Barros / Design: António Barros

**DESTINATÁRIO DO PRÉMIO** > PERSONALIDADE DE NACIONALIDADE PORTUGUESA QUE SE TENHA DISTINGUIDO  
POR UMA INTERVENÇÃO PARTICULARMENTE RELEVANTE E INOVADORA NAS ÁREAS DA CULTURA OU DA CIÊNCIA  
**VALOR DO PRÉMIO** > 25 000 EUROS    **APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS** > ATÉ 21 DE NOVEMBRO DE 2008  
**MAIS INFORMAÇÕES** > [www.uc.pt/cultura/premiouc](http://www.uc.pt/cultura/premiouc)



C ·



Santander Totta

**Jornal de  
Notícias**



## Deliberações do Senado

### • SESSÃO PLENÁRIA DE 11 DE JUNHO DE 2008

#### *Deliberação n.º 39/2008*

Aprova a proposta de propinas para os ciclos de estudos conducentes ao grau de mestre, a partir de 2008/2009, ministrados na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. A proposta (Doc. n.º 42/2008-Folhas 1 a 4 do documento anexo) foi apresentada pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

#### *Deliberação n.º 40/2008*

Aprova a proposta de propinas para o Curso de Pós-Graduação em Imprensa Regional, a partir de 2008/2009. A proposta (Doc. n.º 42/2008-Folha 5 do documento anexo) foi apresentada pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

#### *Deliberação n.º 41/2008*

Aprova a proposta de propinas para os ciclos de estudos conducentes ao grau de doutor, a partir de 2008/2009, ministrados na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. A proposta (Doc. n.º 42/2008-Folhas 6 e 7 do documento anexo) foi apresentada

pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

#### *Deliberação n.º 42/2008*

Aprova a proposta de propinas para doutoramento, ciclo de estudo sem curso, a partir de 2008/2009. A proposta (Doc. n.º 42/2008-Folha 8 do documento anexo) foi apresentada pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

#### *Deliberação n.º 43/2008*

Aprova o funcionamento do Curso de Mestrado em Tecnologias do Medicamento, no ano lectivo de 2008/2009, com a fixação das propinas no valor de:

€ 1000 para o 1.º ano;

€ 1500 para o 2.º ano.

A proposta (Doc. n.º 32/2008) foi apresentada pela Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra.

#### *Deliberação n.º 44/2008*

Aprova o funcionamento do Curso de Mestrado em Design e Desenvolvimento de Fármacos, no ano lectivo de 2008/2009, com a fixação das propinas no valor de:

€ 1000 para o 1.º ano;

€ 1500 para o 2.º ano.

A proposta (Doc. n.º 40/2008) foi apresentada pela Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra.

#### *Deliberação n.º 45/2008*

Aprova o funcionamento do Curso de Análises Clínicas, no ano lectivo de 2008/2009, com a fixação das propinas no valor definido para o 1.º Ciclo de Estudos. A proposta (Doc. n.º 41/2008) foi apresentada pela Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra.

#### *Deliberação n.º 46/2008*

Aprova o Programa do Curso de Pós-Graduação Magellan MBA. A proposta (Doc. n.º 35/2008) foi apresentada pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

#### *Deliberação n.º 47/2008*

Aprova a proposta de propinas para o Programa de Doutoramento em “Cidades e Culturas Urbanas” no montante global de €5000, repartidas da seguinte forma: € 2000 para o 1.º ano; € 1500 para o 2.º ano e 3.º ano. A proposta (Doc. n.º 39/2008) foi apresentada pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

#### *Deliberação n.º 48/2008*

Aprova o Regulamento do Programa Inter-Universitário de Doutoramento em Psicologia, área de especialização em Psicologia

da Educação, em regime de associação, pelas Faculdades de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra e da Universidade de Lisboa. A proposta (Doc. n.º 33/2008) foi apresentada pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

#### *Deliberação n.º 49/2008*

Aprova o Regulamento do Programa Inter-Universitário de Doutoramento em Psicologia, área de especialização em Psicologia Clínica – área temática: Psicologia da Família e Intervenção Familiar, em regime de associação, pelas Faculdades de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra e da Universidade de Lisboa. A proposta (Doc. n.º 34/2008) foi apresentada pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

•

### SESSÃO PLENÁRIA DE 2 DE JULHO DE 2008

#### *Deliberação n.º 50/2008*

Aprova a proposta de criação do Curso de Pós-Graduação em Imprensa Regional

<p>A proposta (Doc. n.º 45/2008) foi apresentada pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.</p>	<p>“Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo”.</p>	<p>Estudos conducente ao grau de Mestre em Psicologia do Desenvolvimento.</p>	<p>doutoramento sem curso na FPCEUC, para o ano lectivo de 2008/2009, em € 1750.</p>
<p><i>Deliberação n.º 51/2008</i> Aprova a proposta de Programa de Doutoramento em Arquitectura Paisagista e Ecologia Urbana, Doutoramento em Associação com as Universidades de Coimbra, Porto e Técnica de Lisboa.</p>	<p>A proposta (Doc. n.º 43/2008) foi apresentada pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.</p>	<p>A proposta ( Doc. n.º 47/2008) foi apresentada pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.</p>	<p>A proposta (Doc. n.º 49/2008) foi apresentada pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.</p>
<p>A proposta (Doc. n.º 50/2008) foi apresentada pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.</p>	<p><i>Deliberação n.º 53/2008</i> Aprova a proposta de adequação do Ciclo de Estudos conducente ao grau de Mestre em Ciências da Educação - Educação e Sociedade do Conhecimento.</p>	<p><i>Deliberação n.º 55/2008</i> Aprova o Regulamento dos Doutoramentos pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.</p>	<p><i>Deliberação n.º 57/2008</i> Aprova o Regulamento Pedagógico da Universidade de Coimbra. A proposta (Doc. n.º 36/2008) foi apresentada pela Reitoria da Universidade de Coimbra.</p>
<p><i>Deliberação n.º 52/2008</i> Aprova a proposta de propinas para o Programa de Doutoramento em</p>	<p>A proposta (Doc. n.º 46/2008) foi apresentada pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.</p>	<p>A proposta (Doc. n.º 48/2008) foi apresentada pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.</p>	<p>•</p>
	<p><i>Deliberação n.º 54/2008</i> Aprova a proposta de adequação do Ciclo de</p>	<p><i>Deliberação n.º 56/2008</i> Aprova a proposta de fixação do valor de propina referente a</p>	



ASSINATURA ANUAL DA REVISTA RUA LARGA (4 números)\*: Estudantes e Antigos Estudantes da UC: 25€ • Outros: 30€ • Avulso (cada número): 7€(IVA incluído) • Números Anteriores: 7€

Ao assinar a Rua Larga através das Tipologias Adicionais de Relacionamento com a Universidade de Coimbra, para além dos quatro números da revista pode também ter acesso a uma série de benefícios e descontos que a Rede UC lhe proporciona:

**T2:** Esta Tipologia possibilita aos seus aderentes apoio em áreas diversas, tais como na obtenção de contactos no seio da Rede UC, no recrutamento, ou no acesso a formação pós-graduada. 35€/ano

**T3:** Permitindo uma maior proximidade no relacionamento com a Universidade de Coimbra, a esta Tipologia acresce a possibilidade de participação directa nas iniciativas oficiais da Universidade, e de apoio personalizado ao estabelecimento de parcerias e colaborações. 60€/ano

Assinaturas através da Rede UC [www.uc.pt/antigos-estudantes](http://www.uc.pt/antigos-estudantes), ou pela Internet em [www.uc.pt/rualarga](http://www.uc.pt/rualarga).

Os preços incluem IVA, e portes de correio nacionais.

\* A assinatura pode ter lugar em qualquer altura do ano, passando a anuidade a contar a partir desse momento, independentemente do ano civil.

## NOVAS TIPOLOGIAS DE RELACIONAMENTO COM A UNIVERSIDADE DE COIMBRA

A Universidade de Coimbra promove, dinamiza e apoia o estabelecimento de relações, projectos e parcerias com o mundo exterior, contribuindo para a aproximação e aprendizagem recíprocas.

Nesse sentido, encontram-se definidas diferentes formas de relacionamento, incluindo a utilização de marcas próprias, onde se incluem as seguintes:



**Parceiro:** As entidades Parceiras ligam-se umbilicalmente à Universidade de Coimbra através de uma relação mutuamente aprofundada, desenvolvendo em conjunto projectos diversificados, de dimensão e impacto significativos.



**Aliado:** As entidades Aliadas assumem uma relação de proximidade com a Universidade de Coimbra, que as apoia e acompanha em diferentes iniciativas e na resolução de problemas específicos.

Mais informações em [www.uc.pt/gats](http://www.uc.pt/gats)





MIL SORRISOS



MIL SENTIMENTOS



MIL PROJECTOS



MIL CAMINHOS



MILHÕES DE CLIENTES



MILHÕES DE SONHOS



Millennium  
bcp

A vida inspira-nos